

Deise de Oliveira Rita

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E A
CONSTITUIÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE SUSTENTÁVEL:
um estudo de caso no Serviço de Nutrição e Dietética do Hospital
Universitário**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária do Departamento de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Universitária.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Cristina Dutra Búrgio.

Florianópolis
2014

R598u Rita, Deise de Oliveira

A Universidade Federal de Santa Catarina e a constituição de uma universidade sustentável [dissertação]: um estudo de caso no serviço de nutrição e dietética do Hospital Universitário / Deise de Oliveira Rita; orientadora, Carla Cristina Dutra Búrigo. - Florianópolis, SC, 2014.
81 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Administração Universitária.

Inclui referências

1. Universidade sustentável. 2. Gestão universitária. 3. Universidade pública. I. Búrigo, Carla Cristina Dutra. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária. III. Título.

CDU 35

Deise de Oliveira Rita

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E A
CONSTITUIÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE SUSTENTÁVEL:
um estudo de caso no Serviço de Nutrição e Dietética do Hospital
Universitário**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre, e aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 20 maio, 2014.

Prof.º Dr.º Pedro Antônio de Melo
Coordenador do Programa de Pós Graduação em Administração
Universitária
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Banca Examinadora:

Prof.ª Dr.ª Carla Cristina Dutra Búrigo
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

Prof.º Dr.º Cláudio José Amante
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Prof.ª Dr.ª Alessandra de Linhares Jacobsen
Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

Prof.º Dr.º Mário de Souza Almeida
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado forças de enfrentar este desafio.

Aos meus filhos, Lys, Mariá e Caio pelo amor, paciência e incentivo.

Especialmente ao meu primeiro netinho (Kaik) que chegou e veio para trazer alegria e amor a toda nossa família. Obrigada filha, por este presente tão precioso.

A minha mãe por ter compreendido a minha ausência neste período de estudo.

A minha orientadora Prof^a Carla Cristina Dutra Búrigo pela excelente orientação e atenção dispensada nesta caminhada.

Aos colegas do Curso de Mestrado, pela oportunidade de compartilhar nossos conhecimentos e, em especial à minhas amigas Lilian e Corina pelo companheirismo.

Ao Prof. Cláudio José Amante pela amizade e apoio.

E por fim, aos professores da banca que se dispuseram a contribuir para o desenvolvimento deste trabalho.

Torna-se cada vez mais iminente a necessidade de pensar o novo e, mais do que isso, de pensar de uma nova forma o mundo que se apresenta, a cada dia, um.

Mario Sergio Cortella

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como se constitui a concepção de Universidade Sustentável no Serviço de Nutrição e Dietética do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina por meio da visão dos seus gestores. Este estudo caracteriza-se por um estudo de caso de natureza qualitativa, fundamentado teórica e metodologicamente na busca das causas mediatas e imediatas do fenômeno investigado, com o intuito de compreender as representações historicamente intrínsecas no desenvolvimento deste fenômeno. A partir dos resultados desta pesquisa, é possível pontuar que o Serviço de Nutrição e Dietética vem vivenciando na sua prática ações para a constituição da concepção de universidade sustentável. Todavia, a formação e a gestão são dois polos de sustentação para a constituição desta concepção que necessitam se integrar e interagir com vistas a buscar caminhos de ações de sustentabilidade social, pois entre o que a universidade deseja fazer e o que verdadeiramente faz mediante as ações de sustentabilidade, é limitada pela política institucional burocratizada, que delimita as condições de realização de uma universidade sustentável na prática, apesar de ser considerada fundante teoricamente.

Palavras-Chave: Universidade Sustentável. Gestão Universitária. Universidade Pública.

ABSTRACT

This research aims to understand how is the concept of Sustainable University in the Department of Nutrition and Dietetics, University Hospital, Federal University of Santa Catarina through the vision of its managers. This study is characterized by a case study of a qualitative nature, grounded theoretically and methodologically in search of mediate and immediate causes of the phenomenon investigated in order to understand the intrinsic representations historically in the development of this phenomenon. From the results of this research, it is possible that the rate of Nutrition and Dietetics Service has experienced in its practical actions to make up the design of sustainable university. However, training and management are two poles to support the constitution of this design that need to integrate and interact with a view to seeking paths of actions of social sustainability. For among the university want to do and what truly makes upon the sustainability actions, is limited by bureaucratic institutional policy, which defines the conditions for the realization of a sustainable university in practice, although considered foundational theory .

Keywords: Sustainable University . University Management . Public Universit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Caminho Teórico proposto para o Estudo.....	22
Figura 2 – Organograma do Serviço de Nutrição e Dietética/HU/UFSC	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Equipe de Trabalho de Servidores Efetivos e Terceirizados do Serviço de Nutrição e Dietética/HU	27
Quadro 2 – Distribuição de Refeições Servidas no Serviço de Nutrição e Dietética/HU (maio/2013)	28
Quadro 3 – Codificação de Categorias e Conteúdos Básicos.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCA – Centro de Ciências Agrárias
CCB – Centro de Ciências Biológicas
CCE – Centro de Comunicação Expressão
CCS – Centro de Ciências da Saúde
CCJ – Centro de Ciências Jurídicas
CDS – Centro de Desportos
CED – Centro de Ciências da Educação
CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFM – Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
CSE – Centro Sócio Econômico
CTC – Centro Tecnológico
DAA – Diretoria de Apoio Assistencial
HU – Hospital Universitário
IFOAM – International Federation Organic Agriculture Movements
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial da Saúde
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
RU – Restaurante Universitário
SND – Serviço de Nutrição e Dietética
SUS – Sistema Único de Saúde
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
1 A UFSC E A CONSTITUIÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE SUSTENTÁVEL	25
1.1 SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DO HU/UFSC	25
1.2 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO/UFSC	28
1.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	29
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL	33
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR	38
3 A UNIVERSIDADE COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL.....	45
4 CAMINHO METODOLÓGICO	49
4.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO	49
4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	50
4.3 COLETA DE INFORMAÇÕES	53
5 ESTUDO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS.....	57
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	57
5.2 O SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA NA CONCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS	57
5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL NA CONCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS	62
5.4 A UNIVERSIDADE COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL NA CONCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Informações.....	81

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A escolha em estudar a temática universidade sustentável, veio ao encontro das experiências por mim vivenciadas frente da Direção do Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da qual fui designada por meio da Portaria nº 1279/GR/2008 (UFSC, 2008), onde foi implantado no cardápio alguns itens de produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar, no período de 2008 a 2012.

Durante esse período houve um interesse muito grande por parte dos usuários do RU à introdução de produtos orgânicos ao cardápio e isso fez com que a Administração do Restaurante, despertasse um novo olhar e adquirisse uma nova postura. A proposta desafiadora, feita em 2009, em buscar informações para a concretização da compra de produtos orgânicos, pareceu inicialmente bem difícil, pois na ocasião somente as cooperativas é que mantinham os contatos legais com os agricultores e a Universidade, todavia por ser de caráter público, não poderia adquirir os produtos a não ser por meio de processo licitatório.

Neste sentido, com o apoio da Administração Central da UFSC, via Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), a equipe diretiva do RU e eu, como Diretora a época, iniciamos um processo de visita ao Município de Santa Rosa de Lima, no Estado de Santa Catarina para buscar maiores informações junto aos agricultores, bem como, verificar se a quantidade produzida iria atender a demanda do RU.

Logramos êxito nesta proposta, conseguindo por meio de processo licitatório¹ a compra de produtos orgânicos para o RU, buscando além de elevar o nível de qualidade da alimentação dos alunos, trazer uma nova concepção de gestão e de Universidade baseada na cultura da sustentabilidade.

Para Mayor (1998) os trabalhos desenvolvidos dentro das instituições de ensino de nível superior têm um efeito multiplicador, pois cada estudante, convencido das boas ideias da sustentabilidade, influencia o conjunto, a sociedade, nas mais variadas áreas de atuação.

A concepção de sustentabilidade historicamente vem sendo desenvolvido. No Século passado, um chefe índio, enviou uma carta ao Presidente dos Estados Unidos que dizia:

¹ Processo Licitatório é um processo administrativo que visa assegurar igualdade de condições a todos que queiram realizar um contrato com o Poder Público. Lei nº 8666 de 1993 (BRASIL, 1993).

[...] ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas, que à Terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer a Terra, acontecerá aos filhos da Terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspidos em si mesmos [...] à Terra não pertence ao homem; o homem pertence a Terra [...] todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo. Os rios são nossos irmãos, saciam nossa sede. (DIAS, 1993, p.47).

Para Lélé (1991), o desenvolvimento sustentável é um objetivo que une todo o mundo: do industrialista, com sua mente voltada para o lucro, ao agricultor de subsistência, que minimiza os riscos de sua atividade, ao trabalhador e aos programas sociais ligados à busca de equidade com o indivíduo do primeiro mundo, preocupado com a poluição ou com a vida selvagem, bem como o formulador de políticas públicas maximizadoras do crescimento, o burocrata orientado por objetivos e, por conseguinte, o político interessado em votos.

O enorme prestígio do desenvolvimento sustentável se alimenta do fato de que as pessoas querem acreditar que é possível alcançá-lo pelo conforto que produz, pois traz a ideia de bem-estar e segurança em um mundo de paz e tolerância cultural (O'RIORDAN, 1997).

Por outro lado, o rápido crescimento demográfico, o esbanjamento dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente, a pobreza persistente de grande parte da humanidade, a opressão, a injustiça e a violência de que padecem ainda milhões de pessoas exigem ações corretivas de grande envergadura (O'RIORDAN, 1997).

Neste sentido, penso que as universidades como uma prática educativa e social, deve tomar a iniciativa de pensar possíveis alternativas, de constituição de uma universidade sustentável² e assumir uma responsabilidade essencial na preparação das novas gerações para um futuro viável. Pela reflexão e por seus trabalhos de pesquisa básica, essas possíveis alternativas de uma universidade sustentável, devem não somente advertir ou mesmo dar o alarme, mas tomar a iniciativa e indicar possíveis caminhos coerentes para o futuro de uma sociedade mais saudável, com vistas a um melhor nível de qualidade de vida.

Atualmente estou desenvolvendo minhas atividades no Hospital Universitário (HU) e diante da experiência vivenciada no RU, optei em

² Universidade Sustentável é aquela que atende historicamente a uma sociedade, que se sustenta no tempo, vivenciando e experienciando este processo de interação com o social (ROJO, 2007).

investigar como vem se constituindo a concepção de universidade sustentável, quiçá por meio da aquisição de produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar no cardápio do Serviço de Nutrição e Dietética (SND) do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina.

Mediante este contexto, emerge a indagação que constitui o meu problema de pesquisa:

Como se constitui a concepção de Universidade Sustentável no Serviço de Nutrição e Dietética do HU/UFSC?

Para tanto, como objetivo geral almejo: Compreender como se constitui a concepção de Universidade Sustentável no Serviço de Nutrição e Dietética do HU/UFSC, por meio da visão dos seus gestores.

Para a consecução deste objetivo geral, estabeleci os seguintes objetivos específicos:

- a) Conhecer como o Setor de Nutrição e Dietética do HU/UFSC, vivencia na sua prática ações para uma Universidade Sustentável;
- b) Analisar na visão dos gestores do HU, como concebem a Universidade Sustentável; e,
- c) Propor ações ao setor de Nutrição e Dietética do HU, com vistas ao processo de constituição de uma Universidade Sustentável.

Diante da minha vivência como gestora do RU, estou ciente que esta ação, da aquisição de produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar, é apenas uma pequena célula para a concepção e constituição de uma universidade sustentável. Todavia, acredito que esta ação também perpassa pelo papel da universidade como instituição social³, como uma prática educativa e social, que reflete as ações de desenvolvimento da sociedade onde está inserida. .

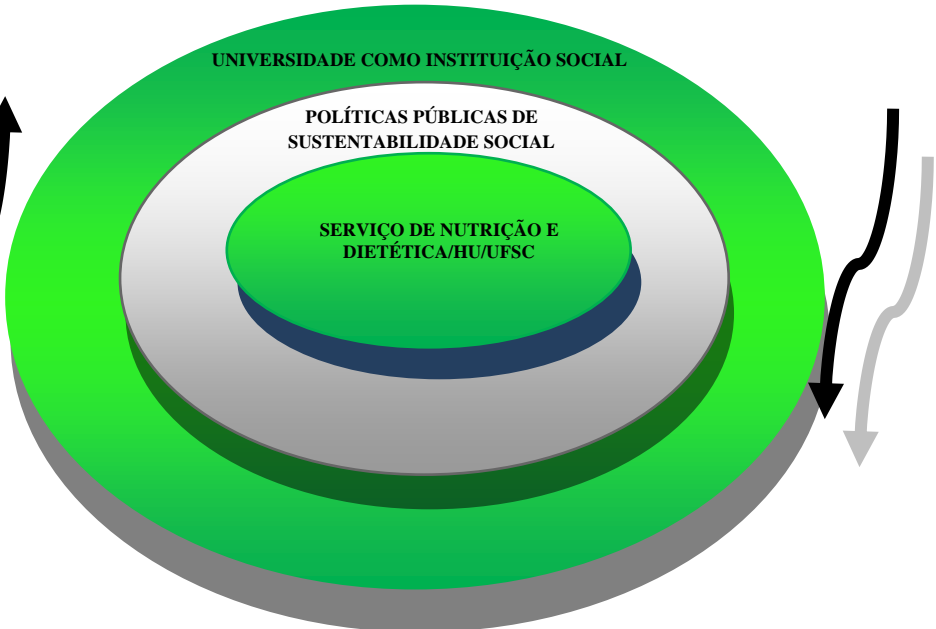
Cabe destacar que o fenômeno a ser investigado é a concepção

³ A universidade é uma instituição social, pois como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo (CHAUÍ, 2003).

dos gestores do HU, de uma universidade sustentável, quiçá por meio de aquisição de produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar no setor de Nutrição e Dietética do HU/UFSC.

Para o desenvolvimento do presente estudo, parto do que disponho de mais concreto, ou seja, o Serviço de Nutrição e Dietética do HU/UFSC, após busco compreender as políticas públicas de sustentabilidade social, bem como neste contexto o papel da universidade como instituição social. Por fim retorno ao ponto de partida, ou seja, ao Serviço de Nutrição e Dietética do HU/UFSC, buscando melhor compreender o fenômeno investigado. Vide Figura 1 – O Caminho Teórico proposto para este Estudo.

Figura 1 – O Caminho Teórico proposto para este Estudo



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

O caminho percorrido para a sistematização deste estudo é contemplado em três capítulos.

No Capítulo 1 – A UFSC e a constituição de uma universidade sustentável - parto do Serviço de Nutrição e Dietética do Hospital Universitário, descrevendo historicamente como se constitui, qual é o

seu papel na Instituição.

No Capítulo 2 – Políticas públicas de sustentabilidade social, apresento reflexões sobre as políticas públicas com foco na universidade sustentável e na agricultura familiar.

No Capítulo 3 – A Universidade como instituição social, busco compreender a Universidade como instituição social e sua interlocução com a concepção de universidade sustentável.

No Capítulo 4 – O Caminho metodológico - apresento as fases da abordagem metodológica desenvolvida na realização deste estudo: aponto o tipo e natureza do estudo a população e a amostra, os instrumentos que utilizei para a coleta de informações e o processo que empreguei na análise destas informações.

No Capítulo 5 – Estudo das informações coletadas – analiso a luz dos pressupostos teóricos do presente estudo, como se constitui a concepção de uma universidade sustentável a partir do depoimento dos gestores participantes da pesquisa.

Considerações Finais – Após ter percorrido essa caminhada de construção de fundamentação e análise do fenômeno estudado, com base na pergunta de pesquisa, nos objetivos inicialmente propostos, apresento algumas considerações sobre o estudo realizado.

1 A UFSC E A CONSTITUIÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE SUSTENTÁVEL

Neste capítulo, busco contextualizar teoricamente a constituição de uma universidade sustentável. Para tanto, parto do Serviço de Nutrição e Dietética do HU/UFSC, buscando desvelar caminhos por meio da reflexão teórica das políticas pública de sustentabilidade social e do papel da universidade como instituição social que se materializa por meio de sua prática educativa e social.

1.1 SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DO HU/UFSC

O Serviço de Nutrição e Dietética do Hospital Universitário foi fundado em maio de 1980, atua em todas as clínicas do HU, tais sejam: de Internação Médica, Cirúrgica, Pediátrica, Maternidade, Ginecologia, Atendimento de Emergência, Lactário, e Ambulatórios por meio da produção de refeições (UFSC, 1992).

O objetivo do Serviço de Nutrição e Dietética é prestar assistência nutricional às pessoas que procuram o HU/UFSC, abordando questões relacionadas ao ato de alimentar-se e ao processo de internação. A avaliação nutricional dos pacientes é feita de forma individualizada, levando-se em consideração não somente os aspectos da doença, mas também as questões culturais que envolvem o ato de comer. O SND também atende os servidores, alunos e residentes que trabalham e desenvolvem estágios na Instituição por meio de fornecimento de alimentação equilibrada. (COELHO, *et al.* 2011).

A Aquisição dos gêneros alimentícios ocorre por meio de licitação, na modalidade registro de preços, com periodicidade a cada quatro meses, e com entrega parcelada ao longo desse período (COELHO, *et al.* 2011).

No SND, o nutricionista tem um papel fundamental no tratamento dos pacientes. De acordo com Azevedo (2006), a função do nutricionista é garantir a alimentação equilibrada e o aporte de nutrientes necessários ao bom estado nutricional, o que é crucial para a evolução clínica e a recuperação, visto que o paciente desnutrido tem fraqueza, alteração na cicatrização de feridas, diminuição das funções dos órgãos, maior risco de infecção e pode até chegar a óbito.

Na etapa da alimentação, o nutricionista necessita adequar dieta do paciente de acordo com suas necessidades e/ou sua patologia. O acompanhamento é feito até que o paciente esteja ingerindo a

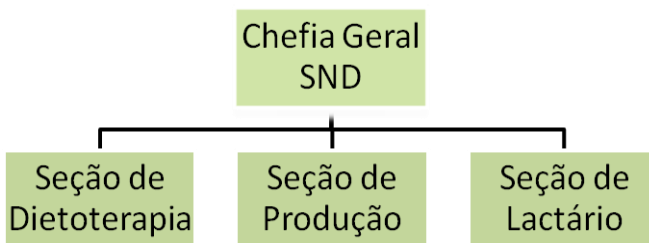
quantidade adequada de nutrientes para o seu estado nutricional, por isso o monitoramento é diário (COELHO, *et al.*2011).

Quando o paciente não consegue se alimentar (ou não o suficiente), ele é indicado para a terapia nutricional na qual pode receber a nutrição enteral ou parenteral e o nutricionista fará o acompanhamento para adequação dos volumes e quantidades de acordo com a doença e a tolerância do paciente. (SCHRAIBER,1995).

De acordo com Correia, (2000); Waitzberg (2001); Juretic, (2004); Kagansky (2005); Lopez, (2005), o ato de comer não é apenas um elemento de conforto para o paciente durante o tempo de permanência hospitalar, mas também uma necessidade vital. A ingestão alimentar inadequada aumenta a prevalência e a gravidade da desnutrição, com concomitante incremento da morbidade, do tempo de hospitalização e da mortalidade. De acordo com a literatura investigada neste estudo, 30% a 85% dos pacientes hospitalizados são desnutridos.

O Serviço de Nutrição e Dietética do Hospital Universitário destina seus serviços para pacientes internados e com bufê do tipo self-service para os servidores do SND, funcionários terceirizados do HU, residentes, plantonistas e acompanhantes, sendo que funciona todos os dias, 24h/dia e oferecem em média 1760 refeições diariamente, distribuídas entre café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia. O serviço responsabiliza-se também pela produção de mamadeiras e dietas enterais para o setor de lactário e pela aquisição de gêneros alimentícios para a produção de refeições na creche do HU. (COELHO, *et al.* 2011). Vide Figura 2 – Organograma do Serviço de Nutrição e Dietética/HU/UFSC.

Figura 2 - Organograma do Serviço de Nutrição e Dietética/HU/UFSC



Fonte: Elaborado pela autora (2013).

O Serviço de Nutrição e Dietética do Hospital Universitário, conta com uma equipe de trabalho de 124 integrantes, entre servidores efetivos da UFSC e terceirizados. Vide Tabela 01 - Equipe de Trabalho de Servidores Efetivos e Terceirizados do Serviço de Nutrição e Dietética/HU.

Quadro 01 - Equipe de Trabalho de Servidores Efetivos e Terceirizados do Serviço de Nutrição e Dietética/HU

Função	Servidores efetivos	Terceirizados	Total
Nutricionista	16	-	16
Cozinheiros	15	25	40
Copeiros	16	24	40
Auxiliar de Nutrição	18	02	20
Armazenista	02	02	04
Assistente de Administração	01	-	01
Encarregados	-	02	02
Total	68	55	123

Fonte: Serviço de Nutrição e Dietética/HU/UFSC (2013)

Como já exposto na presente seção, o fluxo de atividades na produção de refeições é considerável, diante do fluxo de atividades que o próprio Hospital desenvolve. Vide Tabela 02 - Distribuições de Refeições Servidas no Serviço de Nutrição e Dietética/HU (maio/2013).

Quadro 02 - Distribuição de Refeições Servidas no Serviço de Nutrição e Dietética do HU (maio/2013).

Categoria	Almoço	Jantar	Ceia	Desjejum	Lanche	Colação	Ceia	Total
Pacientes	5612	5169		5795	5199	2953	4394	29122
Funcionários	7255	561	3379	4148	3505	-	-	18848
Acompanhante	1820	1390	-	937	-	-	-	4147
Creche	1780	1400	-	-	3180	-	-	6360
Total	16467	8520	3379	10880	11884	2953	4394	58477

Fonte: Serviço de Nutrição e Dietética/HU/UFSC (2013)

Diante do desafio diário no processo da produção dos alimentos no HU, o SND tem um papel fundamental no processo de desenvolvimento das atividades do Hospital Universitário, que perpassa também pela sua gestão na concepção de saúde, de universidade e de sustentabilidade.

1.2 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO/UFSC

O Serviço de Nutrição e Dietética (SND) do Hospital Universitário/UFSC está inserido no organograma da Diretoria de Apoio Assistencial (DAA), que é responsável pelas atividades de assistência, colaborando com o ensino, pesquisa e extensão nas áreas de atuação e seus serviços.

O HU possui 278 leitos, sendo expressivo desde a sua fundação em 1980, para a sociedade catarinense, (UFSC, 1992). Seu papel social e educativo potencializa a universidade como uma instituição social. E

neste contexto, o SND por meio da sua prática de gestão fundamenta este papel do HU, quando situa o processo da alimentação, como uma prática essencial ao papel que o HU desempenha junto a sociedade.

O Hospital Universitário é um Órgão Suplementar e está diretamente vinculado ao Gabinete do Reitor. Possui a missão de preservar e manter a vida, promovendo a saúde, formando profissionais, produzindo e socializando conhecimentos, com ética e responsabilidade social (UFSC, 1992).

Possui a visão de ser um centro de referência em alta complexidade, com excelência no ensino, pesquisa, assistência e gestão, pautado na integralidade de atenção a saúde e no trabalho interdisciplinar. Seus valores permeiam pelo princípios da humanização, ética, com perfil público e gratuito, inovação, valorização, qualificação e competência profissional, compromisso social, articulação, ensino, pesquisa, extensão e assistência, respeito aos princípios do SUS (Sistema Único de Saúde): de integralidade, universalidade, equidade e resolutividade (UFSC, 1992).

Em outubro de 2004, o HU foi reconhecido pelo Ministério da Saúde e da Educação, como Hospital de Ensino (NECKEL, 2010). Constituinte do processo histórico da UFSC e da sociedade catarinense, é inegável o seu legado como uma unidade de saúde e de ensino, por meio de uma prática que o fortalece como uma unidade que ao cuidar ensina, e ao ensinar, cuida como ações indissociáveis do seu papel perante a sociedade onde está inserido.

1.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A Universidade Federal de Santa Catarina, criada em 18 de dezembro de 1960 conta com autonomia administrativa, didático-científica de gestão financeira e disciplinar. Tem como missão “produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida”. (UFSC, 2011, p. 8).

Com a reforma universitária de 1969, por meio do Decreto n.º 64.824/69 (BRASIL, 1969), as faculdades deram lugar às unidades universitárias, com a denominação de centros de ensino, os quais agregam os departamentos de ensino. A UFSC conta atualmente, com 11 centros de ensino que são pertencente ao Campus Universitário Prof. João David Ferreira Lima: Centro de Ciências Agrárias

(CCA) Centro de Ciências Biológicas (CCB), Centro de Ciências da Educação (CED), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Comunicação e Expressão (CCE), Centro de Desportos (CDS), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Centro Sócio Econômico (CSE) e Centro Tecnológico (CTC).

Com a adesão ao Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) em 2008 (BRASIL, 2007), a UFSC pôde se fazer presente em quatro outras cidades do Estado, ampliando a oferta de vagas e aproximando-se das comunidades do interior de Santa Catarina. Assim a UFSC instalou, em 2009, três campi no interior do Estado, quais sejam, campi de Araranguá, Curitibanos e Joinville e, em 2014 o campus de Blumenau.

Para atender à educação infantil, o ensino fundamental e médio, a UFSC conta com o Colégio de Aplicação e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil, que proporcionam a realização de estágio supervisionado e de pesquisa para alunos e professores da UFSC e de outras instituições públicas no campo da educação básica (UFSC, 2011).

A gestão central da UFSC é realizada por meio de órgãos deliberativos e órgãos executivos. Os órgãos deliberativos são o Conselho Universitário, para deliberação no nível mais alto na própria Universidade, e as Câmaras de Ensino de Graduação, de Ensino de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão, com função deliberativa nas áreas acadêmicas. As funções deliberativas e consultivas, em matéria de fiscalização econômica e financeira da Universidade, são realizadas pelo Conselho de Curadores. Os órgãos executivos da UFSC constituem-se atualmente de sete pró-reitorias e quatro secretarias especiais, além do Gabinete da Reitora (UFSC, 2011).

Todavia, o Hospital Universitário como um órgão suplementar da Universidade Federal de Santa Catarina, ligado diretamente ao gabinete do Vice-Reitor, há 30 anos, busca atender às políticas públicas, atuando nos três níveis de assistência: atenção básica, média e alta complexidade. Tornou-se referência em diversas especialidades, com forte demanda na área de câncer e cirurgias de grande porte, atendendo exclusivamente a pacientes do SUS. Pelo trabalho realizado, conquistou amplo reconhecimento da sociedade catarinense, assim como das instituições responsáveis pela gestão da saúde, em todos os níveis de governo (NECKEL, 2010).

O Hospital Universitário, tornou-se referência pela população em geral, e tem uma particularidade, se comparado às demais unidades de ensino da UFSC. Embora tenha sido criado para fomentar a prática do

ensino para os diferentes cursos do Centro de Ciências da Saúde (CCS), o HU é hoje, primeiramente, um hospital de nível terciário responsável pela prestação de uma assistência de bom nível de qualidade, em diferentes níveis de complexidade, à população catarinense. Nesses seus anos de trajetória, ganhou importância social, crescendo em capacidade assistencial e capacidade de ensino. Porém, cresceram também os desafios já esperados, resultantes da complexidade de um sistema hospitalar de ensino com a responsabilidade de continuar atendendo a uma demanda cada vez mais exigente (NECKEL, 2010).

Neste sentido, fica claro que a UFSC, como uma universidade pública possui uma responsabilidade social com o HU, e diante daqueles que nele ingressam. Considero ainda que uma maneira de fortalecer essa parceria entre HU e UFSC, no desenvolvimento de suas atividades, é a institucionalização de ações que visem à concepção de uma universidade mais sustentável, de um HU mais sustentável considerando as políticas públicas de sustentabilidade social.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Com base na literatura investigada no presente estudo, a atuação do Estado tem incorporado, em seu discurso, a necessidade da sustentabilidade, ou seja, de um mundo mais justo e mais consciente. Trata-se, nesse sentido, de igualdade social e solidariedade, entretanto, não se interfere profundamente na concentração das riquezas, das terras e na exploração do trabalho, o que demarca um dos grandes desafios da intenção de se produzir uma sociedade sustentável.

As políticas públicas de sustentabilidade social emanam o desafio da sustentabilidade social ambiental e do desenvolvimento econômico. De acordo com Silva e Carneiro (2010), apesar do investimento feito nas últimas décadas em projetos de conservação de recursos naturais, as políticas públicas têm respondido de modo ainda pouco satisfatório às mudanças ambientais globais. Um exemplo prático citado pelos autores, é que a incorporação da questão ambiental no cotidiano das pessoas pode propiciar uma nova percepção nas relações sociais entre o ser humano, a sociedade e a natureza, e sem dúvida reforçar a necessidade de ser e agir como cidadão na busca de soluções para os problemas ambientais.

Porém, segundo Camargo (2004), o avanço maior foi o reconhecimento do desenvolvimento sustentável como uma possível e aceitável solução para os problemas ambientais e sociais enfrentados pelo mundo. Nesse sentido, significa acreditar que estamos caminhando para um mundo mais consciente na sua forma de ser e existir, significa ainda possibilitar que as pessoas agora e no futuro atinjam um nível de satisfação, de realização humana com o uso consciente dos recursos naturais.

Para Canepa (2007), o desenvolvimento sustentável caracteriza-se, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro.

Neste contexto, de acordo com a literatura investigada um salto qualitativo na concepção de sustentabilidade, só irá ocorrer se houver uma mudança no modo de pensar e de agir das pessoas, na relação com o meio ambiente, com seu nível de qualidade de vida e no processo de concepção do conhecer da própria sociedade que desejamos construir.

Para Jacobi (2004), seja qual for a função social ou individual a que se destina o envolvimento da nossa sociedade com o conhecimento já é endêmico, mas esse não é mais um conhecimento elementar e linear

definitivo, válido para toda vida, como era ainda comum algumas décadas atrás. Ele é um conhecimento complexo e em constante transformação, trazendo a necessidade também constante de reflexão e atualização. Contudo, se conhecimento implica aprendizagem, é consensual que, contemporaneamente, vive-se numa sociedade de aprendizagem, uma sociedade que demanda aprendizagens contínuas e complexas: uma sociedade em que foram multiplicados os contextos de aprendizagens. Já não se trata só de aprender, mas de aprender coisas diferentes, a partir da interação com o meio.

Nessa mesma direção Pozo (2002), afirma que uma sociedade na qual aprender constitui não apenas uma exigência social crescente, nos conduz ao seguinte paradoxo: cada vez se aprende mais e cada vez se fracassa mais na tentativa de aprender, como uma via indispensável para o desenvolvimento pessoal, cultural e sócio econômico dos cidadãos.

Kinlaw (1997) considera que quanto mais informados se tornam os cidadãos, mais conscientes serão quanto a proteção ambiental e adverte também que este cidadão tem maiores possibilidades diante do seu nível de consciência da proteção ambiental insistir com as instituições para que elas demonstrem sua capacidade de existir em harmonia com o meio ambiente. Cidadão consciente significa cidadania despertada, e toda instituição pública ou privada acabará por se curvar à sua influência.

Por outro lado, adverte Grün (2005) que a consciência ambiental, é também um problema ético. Considera que a consciência ambiental deve ser tratada com ética uma vez que uma orientação para a mudança de atitude não é suficiente. É necessária uma responsabilidade na sua forma de agir.

Neste contexto, da relevância do processo do conhecer para a tônica do desenvolvimento de concepção de uma sociedade sustentável, esmera-se também no próprio papel da universidade como uma prática educativa e social. Porém, esta busca do conhecer não está inserida apenas como uma prática individual, ela se sustenta também nas diretrizes das políticas públicas de sustentabilidade social.

Santos (2011) advoga que, a medida que a ciência se insere mais na sociedade, esta insere-se mais na ciência. A universidade foi criada segundo um modelo de relações unilaterais com a sociedade e é esse o modelo que subjaz a sua institucionalidade atual. A universidade pública possui uma característica social e com ela há possibilidade da sociedade se fortalecer para aperfeiçoar as questões políticas, econômicas, sociais, e quiçá ambientais.

Por meio do Decreto nº 7775/2012 (BRASIL, 2012a), foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e a nova modalidade de Compra Institucional aprovado por meio da Resolução nº 50/2012 (BRASIL, 2012). Estas legislações são diretrizes da política pública de sustentabilidade social, de quicá iniciar ou fortalecer uma ponte com ações concretas entre as universidades e a concepção de sustentabilidade social.

Neste estudo tendo como fenômeno de investigação, o processo de gestão do Serviço de Nutrição e Dietética do HU, no que tange a concepção de universidade sustentável, as legislações em comento (BRASIL, 2012a) e (BRASIL, 2012b), são fundamentais, pois regem sobre o processo de aquisição dos produtos de gêneros alimentícios.

Com a publicação da Resolução (BRASIL, 2012b) os órgãos públicos das esferas federal, estadual ou municipal, que tenham necessidade de gêneros alimentícios de forma regular e continuada – como redes de ensino, forças armadas, unidades de saúde e sistema prisional –, poderão adquirir produtos diretamente dos produtores familiares, com dispensa de licitação.

Este é um olhar a mais para o segmento familiar, que vem para fortalecer a sustentabilidade das políticas públicas. Os órgãos disponibilizarão os próprios recursos para comprar produtos da agricultura familiar, aumentando, assim, as alternativas de comercialização para os agricultores e permitindo a estas instituições públicas estimular a agricultura legitimando o seu papel social.

O órgão responsável pela compra deverá realizar, no mínimo, três pesquisas de preço no mercado local ou regional e lançar os editais de chamada pública, que deverão estar em locais de fácil acesso às organizações de agricultores familiares. No caso de produtos orgânicos ou agroecológicos, caso haja impossibilidade de pesquisa de preço, é sugerido acréscimo em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais. (BRASIL, 2012b).

Para acessar este mercado, os agricultores familiares, definidos pela Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006), devem estar organizados em cooperativas ou outras organizações que possuam Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF⁴) especial de pessoa jurídica.

⁴ PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é o apoio financeiro das atividades e serviços rurais agropecuários e não-agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas

Cada unidade familiar tem um limite anual de R\$ 8 mil em vendas, independentemente da participação em outras modalidades do PAA. Os alimentos vendidos devem ser de produção própria dos beneficiários fornecedores e cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos na norma vigente.

O Art. 5º do Decreto nº 7.775/2012 (BRASIL, 2012a), estabelece que as compras dos produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar pela modalidade do PAA devem seguir os seguintes requisitos:

- i) Elaboração da Chamada Pública;
- ii) Após a definição da demanda, o órgão executor/comprador deve elaborar o edital de chamada pública;
- iii) Divulgação da Chamada;
- iv) O gestor deve dar ampla divulgação em locais públicos de fácil acesso às organizações de agricultores familiares;
- v) Elaboração das propostas das vendas;
- vi) As organizações de agricultores familiares compete a elaboração das propostas de venda de acordo com os critérios estabelecidos nos editais de chamada pública;
- vii) Seleção das propostas.
- viii) Cabe ao gestor habilitar as propostas que contenham todos os documentos exigidos nos editais de chamada pública e com os preços de venda dos produtos compatíveis com mercado;
- ix) Assinatura do contrato;
- x) Tanto gestor como organizações de agricultores familiares devem assinar contrato que estabelece o cronograma de entrega dos produtos, a data de pagamento aos agricultores familiares e todas as cláusulas de compra e venda;
- xi) Execução; e,
- xii) O início da entrega dos produtos deve atender ao cronograma previsto e os pagamentos serão realizados diretamente para os fornecedores ou suas organizações.

comunitárias próximas, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora.(BRASIL, 2014).

Tradicionalmente, de acordo com a literatura investigada neste estudo, bem como diante da minha experiência como gestora de Restaurante Universitário as instituições de ensino geralmente reproduzem o modelo alimentar industrializado.

Isso ocorre em virtude da facilidade e da rapidez no preparo desses alimentos e da sua padronização difundida amplamente pela indústria.

A vida atual criou um padrão baseado em produtos com alto grau de processamento, pouco natural, quimicamente conservado e que despreza por muitas vezes as partes mais nutritivas do alimento. O custo desse processo industrial é elevado quando pensamos na saúde das pessoas que é afetada por essa forma de viver (VANDRESEN, 2011).

- Por outro lado, Engel *et al.* (1995) argumenta que o comportamento do consumidor, suas atitudes e intenções determinam o sucesso ou fracasso de um produto. Todavia, o mercado mundial de alimentos vem sofrendo grandes transformações, relacionadas ao desenvolvimento de novos hábitos alimentares, estilos de vida, preocupação com a saúde e o meio ambiente pelos diferentes tipos de consumidores.

Neste contexto a produção orgânica tem se tornado uma das mais populares entre os tipos de produção diferenciada com apelos ecológicos e tem conseguido destaque no mercado internacional, principalmente nos países desenvolvidos. A expansão mundial da produção orgânica está associada em grande parte ao aumento dos custos da agricultura convencional, à degradação do meio ambiente, à crescente exigência dos consumidores por produtos limpos ou livres de agrotóxicos e às possibilidades de maior rentabilidade para os produtores, já que os produtos orgânicos possuem preço em média 20% maior do que os convencionais. (ENGEL et al., 1995)

Segundo Darolt (2002), nos últimos anos o crescimento da agricultura orgânica é significativo atrelado ao desenvolvimento de uma prática saudável de alimentação. É importante ressaltar que o aumento do mercado orgânico que vinha subindo, no início da década de 90, cerca de 10% ao ano, cresceu em torno de 40 a 50% na virada deste milênio em termos de volume de produtos comercializados. A agricultura orgânica está praticamente em todos os países do mundo e a comercialização de produtos orgânicos está crescendo de uma forma rápida. O crescimento é superior nos países da União Européia e Estados Unidos, onde o mercado evolui em média 20% a 30% ao ano.

Em relação ao custo mais elevado para aquisição desses alimentos, inicialmente, poderia ser considerado como importante fator desfavorável para a implantação dessa política indutora. Contudo, se levarmos em consideração as despesas assumidas pelo Estado para combater o crescimento populacional das cidades provocado pelo êxodo rural, para recuperar o ambiente contaminado, para tratar as pessoas doentes em virtude da contaminação dos alimentos e do solo provados pela utilização de agrotóxicos que são extremamente onerosos, pagar um pouco mais por uma alimentação mais saudável deve ser compreendido por todos como investimento público indutor de políticas direcionadas para sustentabilidade ambiental, para promover justiça social e para a manutenção da saúde das pessoas. (REBELLO, 2013).

No contexto do processo de desenvolvimento da política pública de sustentabilidade social, a aquisição de produtos orgânicos pelas universidades, neste estudo, pelo Hospital Universitário/Serviço de Nutrição e Dietética é apenas um olhar, uma possibilidade de ações para o incremento de uma universidade sustentável.

Para tanto, buscando fortalecer a concepção de sustentabilidade social, estes produtos potencialmente deverão ser adquiridos junto aos agricultores familiares, fortalecendo assim, social e economicamente, esta força de trabalho, na eminência de vencer os desafios impostos historicamente entre a sustentabilidade social, ambiental e do desenvolvimento econômico.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura é uma atividade desenvolvida desde os primórdios da humanidade. Blainey (2008) relata que na Síria e na Palestina uma pequena revolução foi iniciada de forma lenta, porém, a força de seu impacto só seria sentida depois de milhares de anos. Em torno de 8.000 anos a.C, os habitantes cultivavam trigo e cevada em pequenos espaços. Provavelmente eles selecionaram esses dois cereais em virtude dos seus grãos possuírem um maior tamanho em relação aos demais, facilitando assim a sua colheita e a sua moagem. Eles também preparavam a terra, selecionavam as melhores sementes e plantavam de forma mais agrupada para facilitar a sua colheita. Tempos depois, começaram a criar cabras e ovelhas em pequenos rebanhos nas proximidades dos vilarejos. Em torno dos lugares, o cultivo do solo começou de forma muito rudimentar e este modelo primitivo de produção fixou o homem nos vilarejos.

Muito tempo se passou, do trabalho artesanal das lavouras praticado pelas primeiras civilizações até o presente momento. Em pleno Século XXI a modernização agrícola se fundou de forma complexa e sob a mesma lógica da produção industrial. A modernização agrícola iniciada nos primeiros anos do Século XX provocou a industrialização da agricultura e contribuiu para o desaparecimento do camponês em virtude dos baixos salários ofertados (BLAINEY, 2008).

No mesmo sentido, a vida nas cidades, os atrativos salariais e a formação escolar eram fatores que reduziam ainda mais o estímulo de se permanecer na atividade rural. Os jovens partiam para trabalhar como assalariados para obterem outras vantagens, como as férias remuneradas e um maior conforto na moradia comparado ao modo de vida camponês (MASSUQUETTI, 2010).

Pesquisas apontam (SILVA, 2011) que o Brasil tem vivenciado um amplo crescimento dos seus centros urbanos, com um elevado número de pessoas de vulnerabilidade social e ao mesmo tempo em que o número de habitantes na área rural vem diminuindo, em decorrência da migração de pequenos agricultores, que buscam oportunidades de trabalho nas cidades provocando dessa forma, um inchaço nas regiões urbanas. Porém, conforme o autor (SILVA, 2011) o Relatório do Banco Mundial publicado em 2008 sobre o Desenvolvimento Mundial, o aumento da produtividade, da lucratividade e da sustentabilidade da agricultura dos pequenos proprietários se compõe no principal caminho para sair da pobreza usando a agricultura para o desenvolvimento.

O segmento da agricultura familiar apresenta características específicas na sua organização, como a utilização de mão-de-obra familiar, menor dimensão territorial da unidade produtiva e a lógica ou racionalidade camponesa está voltada em atender as demandas da própria família e não, de imediato, as necessidades do mercado. Todavia, esse perfil representa a possibilidade de transição de um modelo de agricultura que desfruta demasiadamente os recursos naturais não renováveis, para um sistema de produção fundamentada nos pilares da sustentabilidade (ecológica, econômica, social, cultural e espacial/geográfica). A agroecologia apresenta como proposta o restabelecimento das relações harmônicas entre o homem e seu espaço natural, minimizando o impacto das atividades agrícolas no ambiente e ampliando os benefícios da agricultura para além do espaço rural (FINATTO; SALAMONI, 2008).

Potencialmente, acredito de acordo com a literatura estudada, que a agricultura familiar pode produzir a maioria dos alimentos que são consumidos, contribuindo para a criação de empregos, geração,

distribuição de renda e diminuição do êxodo rural. De modo a promover o acesso democrático aos recursos produtivos, reduzir as desigualdades e melhorar o bem-estar das famílias inseridas no setor rural.

A primeira iniciativa concreta ocorreu por meio das Políticas Públicas de Sustentabilidade Social em prol da agricultura familiar em 1996, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar com o PRONAF, onde houve a liberação de uma linha de créditos para a aplicação em investimentos para as famílias. Com esse Programa, os agricultores familiares conquistaram maior atenção governamental e ações específicas destinadas a promover a melhoria das suas condições de vida. (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011).

Por outro lado, apesar da importância da agricultura familiar na organização e configuração do espaço agrário brasileiro, historicamente, ele foi pouco valorizado no contexto das políticas públicas e na atuação do Estado Nacional, quando comparado com outros setores, como a agricultura patronal⁵.

Entretanto após a criação do Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, surgiu um cenário mais favorável e os investimentos públicos passaram a contemplar este trabalho familiar. Desde sua criação no final da década de 90, o PRONAF possibilitou uma diminuição da disparidade regional brasileira, bem como garantiu que os seus investimentos valorizassem também, os elementos culturais (AZEVEDO; PESSOA, 2011).

Todavia, Oliveira e Teixeira (2005) reconhecem que a adoção de uma política de estabilização de renda para a agricultura familiar pode ser uma forma de ressarcir a das perdas ocasionadas por sua exclusão do processo de modernização da agricultura brasileira.

Contudo, Assis e Romeiro (2005) defendem que a agricultura familiar se estabelece aliada a causa de sustentabilidade em virtude de a sua produção agrícola estar fundamentada no trabalho familiar, diversificado, que integra a produção agrícola com a atividade criadora de animais e, acima de tudo, em menores escalas. A sua estrutura familiar de produção ocorre a partir de uma lógica diferente da sociedade moderna e não representa uma limitação ao desenvolvimento agrícola.

⁵ A agricultura patronal é agricultura dos grandes produtores e conglomerados, que veem a agricultura como uma forma de negócio industrial. (COUTINHO, 2012).

A Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006) estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, considera o agricultor e o empreendedor familiar rural todo aquele trabalhador que pratica as suas atividades no meio rural e que atende simultaneamente os seguintes requisitos: não possuir qualquer título ou área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família; ter a sua renda familiar predominantemente originada e vinculada ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e a direção do seu estabelecimento ou empreendimento pela sua família.

São beneficiados pela Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006), os silvicultores (que cultivam florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes); os agricultores (que exploram reservatórios hídricos com superfície total de até dois hectares ou ocupem até 500m³ de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede); extrativistas (que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural), excluídos os garimpeiros e faiscadores; e, os pescadores (que realizam a atividade pesqueira de forma artesanal), que cumpram simultaneamente todos esses requisitos estabelecidos por essa norma legal.

Além do cultivo da concepção da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento econômico do País, outro elemento fundamental neste estudo para a concepção de universidade sustentável é a aquisição de produtos orgânicos, livre de agrotóxicos.

Agricultura orgânica é um termo definido pelos padrões estabelecidos pela International Federation Organic Agriculture Movements (IFOAM) e toda produção e processamento de alimento orgânico obedecem a um rigoroso conjunto de normas e diretrizes. Os produtos orgânicos consistem em uma alternativa para uma alimentação mais saudável (FANTI et al, 2008).

De acordo com estudo realizado por Silva et al (2010) o Século XX ficou caracterizado por um intenso e contínuo processo de mudanças tecnológicas e organizacionais no setor produtivo provocando grandes transformações nas formas, nos processos e nas relações de trabalho. A agricultura, que durante muito tempo foi o meio de vida dos agricultores e de suas famílias, se converteu numa atividade orientada para a produção comercial, necessária para alimentar um contingente populacional cada vez maior.

A primeira e importante mudança ocorrida nesse setor produtivo foi a mecanização agrícola e a consequente substituição da mão-de-obra pela maquinaria, um dos principais motivos do êxodo rural. A segunda

alteração foi à introdução, a partir de 1930, dos agroquímicos no campo, em especial os agrotóxicos, intensificado após a Segunda Guerra Mundial. Finalmente, a terceira e importante mudança é a introdução da biotecnologia, destacando-se os organismos geneticamente modificados – os transgênicos (SILVA et al., 2010).

Lamentavelmente, diante da literatura investigada, a intoxicação por agrotóxicos ainda é um grave problema de saúde pública. Em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou três milhões de pessoas intoxicadas por agrotóxicos, com 220 mil mortes por ano. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que há 70 mil intoxicações agudas e crônicas fatais entre os trabalhadores rurais e um número muito maior de intoxicações não fatais. Além dos trabalhadores rurais, os moradores de áreas próximas também se encontram sob risco, devido à contaminação da carne, do peixe, dos laticínios, das frutas e dos vegetais (MOREIRA et al, 2001; PIASAROLO; RIGITANO; GUERREIRO, 2008; JOBIM et al, 2010; REBELO, 2011).

Os efeitos crônicos provocados pelo uso de agrotóxicos são prejudiciais a saúde das pessoas, uma vez que existe uma forte evidência que essas substâncias tóxicas causam problemas na fertilidade; provocam neurotoxicidades; estão relacionados com o aumento da suscetibilidade a neoplasias, dentre elas, na mama (em mulheres), nos testículos; indução de anormalidades no ciclo menstrual; aborto espontâneo; diminuição do peso ao nascer; alteração no amadurecimento sexual; quadros de hipotireoidismo; a morte de crianças prematuras; e, potencial mutagênico e teratogênico em células de mamíferos e linfócitos humanos (MOREIRA et al, 2001; STOPPELLI; MAGALHAES, 2005; JOBIM et al, 2010).

Anualmente são produzidos no mundo 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos. Destes, 39% são herbicidas, 33% são inseticidas, 22% são fungicidas e 6% pertencem a outros grupos químicos. O Brasil produz anualmente 250 mil toneladas e é o oitavo consumidor de agrotóxicos do mundo. A literatura indica que a cada caso de intoxicação aguda há uma expectativa de oito casos de intoxicação crônica (BEDOR et al., 2009; JOBIM et al, 2010).

Em virtude deste fato, nas últimas décadas, o interesse por alimentos puros vem aumentando e estimulando o mercado a buscar alternativas alimentares para evitar os problemas de saúde causados pelo alto consumo de alimentos contaminados por metais pesados, agrotóxicos, antibióticos e hormônios. Os alimentos provenientes de agricultura orgânica vêm se destacando como alternativa para uma alimentação saudável (FANTI, 2008).

As práticas agrícolas que produzem alimentos sem fertilizantes químicos e sem agrotóxicos produzem alimentos com sabor autêntico, que podem ser consumidos in natura ou após preparo rápido, ou ainda, sem substâncias cancerígenas ou outras formas de degradação da vida. Essa prática favorece também o trabalhador rural, que percebe uma recuperação significativa na sua saúde física e mental em poucos anos, logo após abandonar a prática do uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras (VANDRESEN, 2011).

Neste contexto, de acordo com Mayor (1998) na busca de uma sociedade mais saudável, a formação, a educação é uma das chaves da possibilidade do desenvolvimento sustentável autossuficiente. Uma educação propiciada a todos os membros da sociedade, de tal maneira que cada um se beneficie de chances reais de um processo de formação mais consciente sustentavelmente. Devemos estar preparados, para repensar os processos educacionais, de forma a promover atitudes e comportamentos que sejam portadores de uma cultura da sustentabilidade.

De acordo com Maturana (1998, p. 18):

o verdadeiro conhecimento não leva ao controle ou à tentativa de controle, mas leva ao entendimento, à compreensão, a uma harmônica e ajustada aos outros e ao meio. (...). Diz ainda que todo conhecer é uma ação efetiva que permite a um ser vivo continuar sua existência no mundo que ele mesmo traz à tona ao conhecê-lo.

Nesta mesma trajetória Pelicioni (1998) adverte que a educação deve buscar a valorização da vida e de uma nova forma para se viver sem o excesso de consumo, de desperdício de recursos e sem degradação ambiental. O desenvolvimento sustentável nesta perspectiva se transforma numa possibilidade viável para um crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social.

A Universidade, sem dúvida, neste contexto é uma forte aliada no processo de construção de uma sociedade sustentável, pois tem como essência a formação como uma prática educativa e social.

3 A UNIVERSIDADE COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL

Para contextualizar a universidade como instituição social, considero importante ressaltar inicialmente, com base em Chauí (2003), que a Universidade pública foi concebida como uma instituição social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

A universidade como instituição social, vive no seu dinamismo diário, a necessidade de construir e desconstruir, de organizar e desorganizar, de fortalecer e enfraquecer a sua prática educativa e social, diante das suas condições de existência, que reflete as diretrizes das políticas públicas (BÚRIGO, 2012).

Ao conceber a Universidade como uma prática educativa e social, (BÚRIGO, 2012), estou situando-a preliminarmente como uma instituição social (CHAUÍ, 2003), ou seja, voltada para sua essência, para a formação.

Esta formação é o pensar sobre uma realidade concreta, fundamentada em um campo teórico e no contexto histórico do seu desenvolvimento (BÚRIGO, 2012). Neste contexto, a universidade é uma instituição social, pois reflete o processo histórico, por meio da sua prática, na sociedade onde está inserida.

Ao situar a universidade como instituição social, como uma prática educativa e social, a formação neste contexto, estará voltada para uma realidade concreta, neste estudo, para o SND/HU.

A concepção de universidade como uma instituição social se mescla, a partir da concepção de Rojo (2007) com a universidade sustentável, ou seja, aquela que atende historicamente a uma sociedade, vivenciando e experimentando o processo de interação com o social.

Com base na literatura investigada, é possível afirmar que nos últimos tempos algumas universidades e movimentos sociais (entidades ambientalistas, sindicatos, associações de classe e de moradores), por meio de atividades de conscientização ambiental, têm influenciado as comunidades nas mudanças de atitudes em relação aos seus problemas locais. Sem dúvida, a Universidade é uma das instituições responsáveis pela produção e transmissão do conhecimento, pela formação de profissionais, pelo desenvolvimento da pesquisa científica, pelo incentivo ao processo de desenvolvimento da cultura e, também, por

meio do processo da gestão é responsável diante do seu papel social, de ações de sustentabilidade da sociedade onde está inserida.

Acredito que, para que isso ocorra, é preciso formar gestores conscientes, críticos e éticos, aptos a desvelar esse paradigma de sustentabilidade social. O processo de conscientização ambiental busca essencialmente valores como o respeito à vida e a natureza, entre outros de forma a tornar a sociedade mais humanizável e sustentada socialmente.

De acordo com Silva (2009, p.60),

o interesse por sustentabilidade originou-se durante a década de 1980, a partir da conscientização dos países em descobrir formas de promover o crescimento sem destruir o meio ambiente, nem sacrificar o bem estar das futuras gerações.

Para Rosa (2007), a sustentabilidade é o fruto de um movimento histórico recente que passa a questionar a sociedade industrial enquanto modo de desenvolvimento. Já na visão de Capra (2006), a sustentabilidade é consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Se estas características forem aplicadas à sociedade poderá alcançar a sustentabilidade.

O conceito de sustentabilidade envolve aspectos econômicos, ambientais e sociais. A sustentabilidade social está relacionada a princípios éticos, de solidariedade e respeito aos direitos humanos, e é representada pela diminuição das desigualdades sociais, corrupção e violência. O desenvolvimento sustentável está cada vez mais presente em nossas vidas e vem sendo discutido em teorias e práticas voltadas para o bem social (LOUETTE, 2007).

De acordo com Scherer-Warren (2001), corrobora que as universidades, como instituição social, podem ser uma das participantes das redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis, que visam à realização de um projeto de mudança social. Neste sentido, as práticas sócio-políticas-culturais devem estar presentes nas Universidades e as atividades de ensino, pesquisa e extensão têm um papel significativo na interação destas com a comunidade.

As ações de conscientização ambiental, potencialmente gerenciados pelas universidades podem se materializar no processo de desenvolvimento da educação ambiental.

O sentido da educação ambiental é apontada por (LOUREIRO et all 2009, p.95) como portadora de processos individuais e coletivos que contribuem com:

- 1) A redefinição do ser humano como ser da natureza, sem que este perca o senso de identidade e pertencimento a uma espécie que possui especificidade história;
- 2) O estabelecimento, pela práxis, de uma ética que repense o sentido da vida e da existência humana;
- 3) A potencialização das ações que resultem em patamares distintos de consciência e de atuação política, buscando superar e romper com o capitalismo globalizado;
- 4) A reorganização das estruturas escolares e dos currículos em todos os níveis do ensino formal; e,
- 5) A vinculação das ações educativas formais, não formais e informais em processos permanentes de aprendizagem, atuação e construção de conhecimentos adequados à compreensão do ambiente e problemas associados. Em síntese, uma práxis educativa é sim cultural e informativa, mas fundamentalmente política, formativa e emancipadora, portanto, transformadora das relações sociais existentes um movimento de libertação consciente e de superação permanente das formas de alienação material e simbólica, coletiva e individual, existentes em cada fase historicamente definida.

A educação ambiental, como um processo formativo, passa pelas ações de uma gestão social, negando a instrumentabilidade da gestão estratégica. Pois o desenvolvimento sustentável introduz uma dimensão ética e política que considera o desenvolvimento como um processo de mudança social, com conseqüente democratização do acesso aos recursos naturais e distribuição equitativa dos custos e benefício do desenvolvimento.

Para Tenório (2010), o processo de construção conceitual de gestão social se daria por meio de um processo dialético com a pretensão somente de enfatizar a necessidade de que os gestores, qualquer que seja a configuração jurídica da instituição, devem atuar sob

uma perspectiva na qual o determinante de suas ações deve ser a sociedade e não o mercado.

Tenório (2011) faz três suposições acerca da gestão social: 1) o conceito é subserviente à realidade não republicana brasileira; 2) o conceito é uma utopia dada a sua pretensão antinômica e de gestão estratégica; e 3) é um não conceito, uma mediação entre a consciência e a realidade.

O autor (TENÓRIO, 2011) argumenta que o Brasil ainda não é uma sociedade republicana, ainda não possui uma cultura decisória voltada para o bem comum, por isso os interesses particulares se sobrepõe aos interesses coletivos, inviabilizando a gestão social. A gestão social uma utopia, pois a mesma não cabe em pressupostos instrumentais. A gestão social deve ser baseada em “[...] um conteúdo de permanente promoção da cidadania[...]” (TENÓRIO, 2011, p.53) em todas as esferas de decisão, públicas e privadas. As pessoas que serão afetadas pelas decisões devem participar delas. Assim, “[...] a sociedade deve ser o determinante da análise, [...] o bem comum é a referência, a responsabilidade social é o compromisso, a república é o norte”. (TENÓRIO, 2011, p.55).

Para Botrel, Araújo e Pereira (2010), a gestão social deve também se desenvolver no âmbito da esfera pública, na qual se sobressaem as instituições públicas não-estatais e o interesse público da sociedade, além de proporcionar condições à emancipação dos sujeitos fundamentado na democracia e na formação da consciência crítica.

Quiçá a gestão social, possa ser um canal que materialize ações com vistas ao processo de sustentabilidade social, onde potencialize o sujeito e o ambiente que está inserido potencializando o papel da universidade como instituição social, sustentada e sustentável socialmente em seus princípios.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

Neste capítulo é apresentada a abordagem metodológica desenvolvida para a realização da pesquisa. Delimitado o fenômeno investigado, ou seja, a concepção de universidade sustentável, na visão dos gestores do Serviço de Nutrição e Dietética do HU/UFSC, apresento o tipo e a natureza do estudo, a população e a amostra, o instrumento que utilizei para a coleta de informações e o processo empregado em sua análise.

Para que um pesquisador possa construir conhecimento científico, faz-se necessário que seja estabelecida uma relação entre o sujeito (pesquisador) e o objeto de investigação. Esta relação para ser validada, precisa ser construída por meio de técnicas e métodos científicos que legitimem o saber obtido. Em outras palavras, o pesquisador precisa definir com clareza o caminho metodológico a ser percorrido para consecução dos objetivos do estudo a ser realizado (TRIVIÑOS, 1987).

Neste sentido, o melhor é estar sempre vigilante na busca do rigor durante o seu planejamento e todo o processo de desenvolvimento, a fim de que se evite pecar, seja pelo excesso ou pela falta.

4.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO

Como tipo de pesquisa, utilizei o estudo de caso, que, segundo Triviños (1987), está entre os tipos de pesquisas de natureza qualitativa. Nesses termos, este estudo se caracteriza por sua natureza qualitativa na sua essência, não deixando de utilizar aspectos quantitativos de alguns elementos que possam dar suporte à análise do fenômeno estudado.

A abordagem qualitativa, foco da abordagem deste estudo, é descritiva e considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação neste contexto, do fenômeno estudado, e a atribuição de significados são básicos no processo da pesquisa qualitativa.

O ambiente natural é a fonte direta para coleta de informações e o pesquisador é o sujeito-chave. É descritiva, pois o pesquisador tende a analisar suas informações indutivamente, sendo o processo e seu significado focos principais de abordagem. (GIL, 2007; TRIVIÑOS, 1987).

Triviños (1987) considera que os resultados de uma pesquisa descritiva são expressos em descrições, narrativas e declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário, acompanhado de

fragmentos de entrevistas. Ainda segundo o autor, na pesquisa qualitativa a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno em um dado contexto.

Assim, este estudo de caso é caracterizado por ser descritivo, interpretativo e explicativo, haja vista buscar descrever, interpretar e explicar as características do fenômeno qual seja, a concepção da universidade sustentável na visão dos gestores do Serviço de Nutrição e Dietética/HU/UFSC.

De acordo com Triviños (1987), o estudo de caso orientado pela natureza qualitativa tem o objetivo de analisar profundamente determinada realidade social e envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Para o aprofundamento desta investigação foi utilizado também a observação direta, bem como, a pesquisa bibliográfica, tendo como fonte principal livros, artigos de periódicos e documentos virtuais. Por fim, a pesquisa documental elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico como decretos, resoluções, relatórios entre outros documentos, foi também utilizada como um dos meios que subsidiaram este estudo.

4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população desta pesquisa é constituída por gestores do Hospital Universitário da UFSC: Chefia Geral do Serviço de Nutrição e Dietética, Direção de Apoio Assistencial e da Direção Geral do Hospital Universitário/UFSC.

Triviños (1987) considera que a amostra, na pesquisa qualitativa, é uma parte da população, que segundo critérios do pesquisador, é delimitada conforme os objetivos do estudo. O autor apresenta como sugestão alguns requisitos para delinear uma boa escolha de informantes a serem envolvidos na pesquisa, quais sejam:

- a) antiguidade na comunidade e envolvimento com o fenômeno que se quer estudar;
- b) conhecimento amplo das circunstâncias que têm envolvido o foco da pesquisa;
- c) disponibilidade de tempo; e,

- d) capacidade de transmitir a essência do fenômeno, que promova o enriquecimento das informações (TRIVIÑOS, 1987).

Isto posto, na presente pesquisa, a amostra foi delineada por gestores que possuem na sua prática de ação, condições para quiçá verificar possibilidades de constituir no SND/HU/UFSC, práticas, com vistas a fomentar a concepção de universidade sustentável.

Conforme Art. 33 do Regimento Interno do Hospital Universitário/UFSC (UFSC, 1992) os Chefes de Serviços serão indicados pela Direção Geral em consonância com os Departamentos de Ensino com atuação na área e nomeados pelo Reitor, devendo exercer suas funções em regime de tempo integral.

A relevância da definição da amostra de pesquisa na figura do Chefe do Serviço de Nutrição e Dietética, do Diretor de Apoio Assistencial e do Diretor Geral do HU para a pesquisa, está na abrangência das suas práticas e nas áreas de atuação junto ao SND/HU/UFSC. O conhecimento que estes gestores possuem tem possibilidades de gerar subsídios que possam enriquecer o presente estudo.

De acordo com o Art. 34 do Regimento Interno do Hospital Universitário (UFSC, 1992), compete ao Chefe do Serviço de Nutrição e Dietética HU/UFSC:

- i) organizar, dirigir, controlar, coordenar e propor normas para o bom funcionamento Planejar do Serviço;
- ii) Coordenar as atividades de assistência com as de ensino, pesquisa e extensão;
- iii) Supervisionar o cumprimento das normas estabelecidas pelo Serviço; e,
- iv) Organizar os meios necessários para cumprir as determinações emanadas da Administração Superior, Diretoria Setorial e da Divisão respectiva.

Conforme o Regimento Interno do Hospital Universitário (UFSC,1992), para o exercício da função de Diretor de Apoio Assistencial, deve ser servidor de nível superior, docente ou técnico-administrativo em educação, do quadro permanente da Universidade que tenha exercido atividades no Hospital Universitário por um período não

inferior a 03 (três) anos. Para tanto, dentre outras ações, compete a esta Direção:

- i) Garantir representação do Hospital Universitário junto aos órgãos de classe dos componentes de sua Diretoria e onde se fizer necessário;
- ii) Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Apoio Assistencial; Assessorar o Diretor geral em assuntos de sua competência; e,
- iii) Estimular e apoiar o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Hospital Universitário; Promover e estimular a educação continuada nas diversas áreas no âmbito de sua Diretoria. (UFSC, 1992, Art.26).

O exercício da Direção Geral do Hospital Universitário, conforme Art.13 do seu Regimento Interno (UFSC, 1992) deverá ser exercida por docente da área da saúde que esteja em efetivo exercício no Hospital Universitário por um período não inferior a 03 (três)anos. Dentre suas atribuições, compete a Direção Geral:

- i) Representar o Hospital Universitário junto à Administração Superior da Universidade Federal de Santa Catarina, demais órgãos governamentais e onde se fizer necessário;
- ii) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Catarina, as determinações do Reitor, as deliberações do Conselho Diretor, este Regimento e as normas vigentes no Hospital Universitário;
- iii) Mandar licitar e ordenar as despesas nos processos de compra de materiais permanentes e de consumo para o Hospital, dentro das normas vigentes no Serviço Público Federal e na Universidade Federal de Santa Catarina; e,
- iv) Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

4.3 COLETA DE INFORMAÇÕES

Para a coleta das informações utilizei como instrumento a entrevista semiestruturada (Vide Apêndice A - Instrumentos de Coletas de Informações), a análise de documentos disponíveis como legislações, relatórios entre outros, e a observação direta.

A entrevista semiestruturada é um dos instrumentos básicos utilizados pela pesquisa qualitativa para coleta de informações. Para Triviños (1987, p.152), a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. De acordo com o autor, a entrevista semiestruturada caracteriza-se por questionamentos básicos que são embasados por teorias que se relacionam ao tema de pesquisa. Dependendo do transcorrer da entrevista, as perguntas podem ser alteradas por perguntas novas ou derivadas.

Triviños (1987, p.146) aplica à entrevista semiestruturada o domínio do enriquecimento assegurando que ela “ao mesmo tempo valoriza a presença do pesquisador, oferece as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação”.

Nesta perspectiva, o instrumento utilizado para coleta das informações (Vide Apêndice A – Instrumento de Coleta de Informações), visa possibilitar a identificação do entrevistado, a caracterização da amostra, por meio da mensuração de informações que, após analisados e interpretados, possibilitaram a melhor compreensão do fenômeno estudado.

Em síntese, o roteiro da entrevista serviu de base para a busca de informações que, alinhadas à fundamentação teórica utilizada, possibilitou a análise do fenômeno de investigação. Estas perguntas foram organizadas por categorias predefinidas, que fundamentaram a princípio o processo de interpretação e análise do conteúdo das informações obtidas nas respostas dos entrevistados.

A importância da predefinição a priori dessas categorias deu-se em função do instrumento de pesquisa utilizado. Com as categorias predefinidas, o pesquisador não corre o risco de mudar o sentido da sua investigação no decorrer da entrevista, na mesma direção ao que Triviños (1987, p. 146) diz: “os questionamentos podem gerar novas perguntas a partir das respostas dos informantes, entretanto, o pesquisador deverá manter o foco principal da pesquisa”.

Nesses termos, o instrumento de pesquisa foi constituído por perguntas que envolveram as seguintes categorias:

- a) **Serviço de Nutrição e Dietética:** a partir da visão do entrevistado sobre a universidade e sobre a constituição de universidade sustentável, busquei com esta categoria compreender como o gestor entrevistado concebe a constituição de universidade sustentável a partir da sua prática no SND/HU/UFSC.
- b) **Políticas Públicas de Sustentabilidade Social:** nesta categoria, busquei compreender como o entrevistado concebe a partir das políticas públicas de sustentabilidade social, a sustentabilidade social e a universidade sustentável.
- c) **Universidade sustentável como Instituição Social:** nesta categoria, busquei compreender na visão do entrevistado, a sua concepção de universidade pública e o papel do gestor na constituição de uma universidade sustentável.

Estabelecida a amostra e definido o instrumento de pesquisa, foram agendadas as entrevistas e iniciado o processo de coleta de informações, que ocorreram no período de 15 de agosto a 05 de setembro de 2013. Para obter registro fiel das entrevistas, utilizei, com a autorização dos entrevistados, gravações digitais registradas em notebook que foram salvas em arquivos de computador e transcritas por mim, para após proceder a subsequente análise de conteúdo. Para evitar diferentes interpretações das perguntas pelos entrevistados, segui criteriosamente o roteiro de entrevista pré-estabelecido. As entrevistas realizadas tiveram duração média de 45 (quarenta e cinco) minutos cada e foram realizadas cumprindo o cronograma previamente estabelecido.

No processo de transmissão das entrevistas, tive o cuidado de não promover quaisquer alterações que pudessem colocar em risco a intenção do entrevistado ou a compreensão que o mesmo apresentou sobre cada questionamento.

Contudo, uma vez transcritas todas as entrevistas, busquei identificar os entrevistados, definindo um código de identificação para cada um assim atribuído:

- i) E1 – Entrevistado 1;
- ii) E2 – Entrevistado 2; e,

iii) E3 – Entrevistado 3.

Concluída esta etapa, realizei um nova leitura minuciosa dos objetivos definidos neste estudo, na perspectiva de mantê-los muito claros durante a análise das informações coletadas, visando responder, a luz da teoria, os questionamentos desta investigação.

Na sequência, passei a ler atentamente as transcrições das entrevistas realizadas, orientado pelo conhecimento adquirido até o momento e pelas categorias previamente definidas.

De acordo com Búrigo (2003, p. 177), “a definição da categoria deve ter como preocupação básica o conteúdo nela inserido. O que diferencia basicamente uma categoria da outra é o conteúdo”. Procurei seguir este mesmo pressuposto, elegendo aspectos nas respostas dos entrevistados cujo conteúdo tivesse relação com as categorias previamente definidas.

Logo, passei para a próxima etapa da preparação das informações para posterior análise. Novamente foi realizada uma leitura das entrevistas, quando agrupei fragmentos das falas dos entrevistados, de acordo com o conteúdo e aspectos abordados pelos mesmos, tendo por base as categorias pré-definidas nesta pesquisa. Vide Quadro 1 – Codificação de Categorias e Conteúdos Básicos, que apresenta sinteticamente as categorias e seus conteúdos básicos, definidos a priori.

Quadro 03 – Codificação de Categorias e Conteúdos Básicos

Categoria	Conteúdos Básicos
1.Serviço de Nutrição e Dietética	a) Concepção de Universidade Sustentável b) Prática no processo de construção de uma Universidade Sustentável c) Concepção saúde – produtos orgânicos – agricultura familiar
2.Políticas Públicas de Sustentabilidade Social	a)Sustentabilidade Social b) Universidade Sustentável

Continua...

Quadro 03 – Codificação de Categorias e Conteúdos Básicos (Continuação)

Categoria	Conteúdos Básicos
3.Universidade como Instituição Social	a) Concepção de Universidade Pública b) Papel do Gestor – Universidade Sustentável

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

No processo de análise das informações, para fazer referência, por exemplo, a questão 2, item b (Vide Apêndice A- Instrumento de Coleta de Informações) respondida pelo entrevistado 1, foi utilizado a seguinte codificação:

Q2bE1, onde:

Q2 – Questão 2

b – Item b

E1 – Entrevistado 1.

O processo de categorizar o conteúdo das informações coletadas e de definir codificações para identificação das questões abordadas nas entrevistas visa à instrumentalização para uma melhor organização de análise, com vistas a compreensão do fenômeno estudado.

5 ESTUDO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Neste capítulo, analiso a partir da fala dos entrevistados o processo de constituição da concepção de universidade sustentável no SND/HU.

Com a análise de documentos e do conhecimento adquirido à luz dos pressupostos teóricos, e a prática da fala dos entrevistados, procurei compreender como se constitui a concepção de uma universidade sustentável no SND/HU, por meio da visão dos gestores do HU, com vistas a estabelecer relações que pudessem promover o enriquecimento do processo de análise, contribuindo assim para o atendimento dos objetivos propostos nesta investigação.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Dentre os gestores entrevistados, 70% são do sexo feminino e 30% do sexo masculino. Todos possuem a UFSC como seu primeiro emprego, com média de tempo de serviço de 24 anos.

Estes dados podem atestar que os entrevistados possuem uma reconhecida experiência profissional no HU. Dos entrevistados, 70% ocupam o cargo de docente e 30% estão na área técnica administrativa, ocupante do cargo de nutricionista.

É importante ressaltar que estes entrevistados vêm vivenciando, ao longo de sua trajetória profissional, as transformações pelas quais a universidade vem passando, pois ingressaram na UFSC na década de 80. Seguramente estas experiências vivenciadas pelos gestores nestes anos de convivência na Instituição, aliadas ao conhecimento adquirido neste processo, contribuíram muito nas suas falas diante dos questionamentos e reflexões ocorridos durante as entrevistas.

5.2 O SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA NA CONCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Com base na categoria Serviço de Nutrição e Dietética, e nos respectivos conteúdos de análise, foi questionado inicialmente: a) Concepção de Universidade Sustentável, b) A Prática no Processo de Construção de uma Universidade Sustentável, c) A Concepção de Saúde: Produtos Orgânicos/Agricultura Familiar. Estes questionamentos sustentam-se na busca de compreender como o gestor concebe a

constituição de universidade sustentável a partir da sua prática no SND/HU/UFSC.

De acordo com a fala dos entrevistados, foi possível perceber que a concepção de universidade sustentável se manifesta quando a noção de direitos e deveres transcende meros interesses individuais para traduzir uma visão de mundo, que reflete a responsabilidade de cada pessoa na construção de valores coletivos plenos, plurais e democráticos que assegurem o bem-estar humano e o respeito a todas as formas de vida em suas mais variadas manifestações.

Os entrevistados reconhecem que o consumismo adquiriu uma perigosa e equivocada condição de valor social, cuja dimensão assume contornos preocupantes em uma sociedade que ainda não aprendeu a relacionar suas atitudes individuais ou coletivas de consumo à produção da degradação ambiental e à consequente perda do nível de qualidade de vida das pessoas. O depoimento que segue dá esta dimensão:

É muito difícil não só para o Hospital Universitário, mas uma instituição é fruto das pessoas que estão inseridos nela. Porém, dentro de uma sociedade que privilegia o consumo, a ideia de sustentabilidade é uma ideia em que as pessoas imaginam sustentabilidade nos outros e não nelas, desde que atendam as minhas necessidades, até me preocupo com sustentabilidade. É assim que se pensa atualmente, porque vivemos numa sociedade egoísta, sendo o interesse social egocêntrico. (Q2bE1).

Outros aspectos destacados pelos entrevistados na concepção de universidade sustentável é que a sustentabilidade tem feito parte da agenda de várias empresas e instituições, além de ocupar um significativo espaço em diversos segmentos dos meios de comunicação. Tem sido objeto de discussões e mudanças para as práticas de ações sustentáveis que atendam os seguintes requisitos básicos de acordo com os entrevistados: promover eficiência econômica, equilíbrio ecológico e equidade social.

Neste contexto, destaca-se a resposta de um dos entrevistados:

Vejo que a universidade precisa conscientizar a questão da sustentabilidade com toda comunidade universitária, no sentido de economicidade, desperdício, efetuando uma grande campanha com

o envolvimento dos alunos e servidores, pois a consciência atualmente é por ser público, não é meu, e por conta disso não preciso cuidar. Neste sentido, o trabalho é longo, e essa consciência vai depender da união de todos nós. (Q2aE2).

Nesta mesma direção, ROJO (2007) enfatiza que a essência para uma vida sustentável envolve um processo de conscientização na relação de mediação do individual com o coletivo na compreensão da vida como seu ponto central.

Na visão do entrevistado E3, a concepção de universidade sustentável, depende muito de uma orientação de uma política institucional para a reflexão e construção de alternativas que almejem a sustentabilidade, dando a oportunidade de se ressaltar o bom exemplo das práticas e experiências bem sucedidas.

A participação e a inserção social também são diretrizes que poderão permear as estratégias e ações por intermédio da geração e disponibilização de informações que permitam a discussão voltadas à construção de valores culturais de sustentabilidade social.

Destaco a seguinte fala:

Exemplo disso, é quando reciclo preciso saber como reciclar, é fundamental ter uma orientação do que venha a ser essa coisa nova que surgiu e que se chama sustentabilidade (Q2aE3).

O desenvolvimento da concepção de sustentabilidade perpassa no olhar dos entrevistados pelo processo do conhecer, da conscientização dos sujeitos, sobre a sustentabilidade social, tendo como uma potencial ferramenta a socialização de informação.

Neste contexto, resgato Jacobi (2004), quando afirma que o conhecimento é um processo complexo, em constante transformação na inter-relação com o outro e com a realidade onde o sujeito está inserido. Ao concebermos o conhecimento como um processo, potencializamos a socialização de informações como uma ferramenta poderosa também na gestão diante das diretrizes das políticas institucionais.

Por outro lado, os entrevistados demonstraram ter conhecimento que para algumas ações de sustentabilidade, quiçá na compra de alimentos orgânicos pelo SND, a burocratização das políticas institucionais é um dos grandes entraves para a materialização destas ações.

No depoimento que segue do entrevistado E1, é possível perceber claramente que o discurso de constituição da concepção de sustentabilidade e de saúde diante da aquisição de produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar, é atrelado a decisões legais, onde a sustentabilidade é subordinada em princípios de menor preço.

A sustentabilidade é subordinada em princípio de menor preço, exemplo: justificar ao Tribunal de Contas da União quando adquirir produtos com maior preço de estrutura orgânica, o sujeito que entra não aceita esse tipo de conduta porque a econometria ainda passa a ser predominante sob o processo de sustentabilidade (Q2cE1).

Todos os entrevistados manifestaram a importância da aquisição de produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar como uma ação de materialização da sustentabilidade, bem como do cuidado com a saúde. Destaca o entrevistado E3:

O impacto dos gestores e funcionários certamente seria muito positivo, pois são alimentos que contém menos resíduos, menos agrotóxicos, mas por outro lado, exige mais cuidado para manipulação. Porém posso dizer que é visto de uma maneira muito positiva e o impacto torna-se muito mais fortalecido para as famílias que o produzem (Q2cE3).

Ainda nessa mesma perspectiva, o entrevistado E1 aborda que a UFSC precisa ter o viés e aceitar a sustentabilidade como um avanço e não como um modismo:

A UFSC deve usar esses conceitos não só como um avanço e sim como processo educacional, para que os alunos comecem a ter uma noção de sustentabilidade, desenvolver cadeiras de gestão de indicadores de sustentabilidade, para não perder na metade do caminho o que se conseguiu na ponta (Q2cE1).

Neste sentido, Santos (2011), defende a inclusão dos temas que envolvem a educação em saúde e nutrição nos projetos pedagógicos dos diferentes níveis de ensino para favorecer aos sujeitos a criticidade das

informações que circulam. Ainda considera importante abordar estes temas nas discussões político-filosóficas do ensino brasileiro, não os reduzindo à mera inclusão de conteúdos.

No depoimento que segue, é possível perceber a boa aceitação de práticas do SND/HU no processo de constituição de uma universidade sustentável:

O SND diminuiu drasticamente as frituras com a aquisição de fornos que possibilitam preparar alimentos ativos reservando o conteúdo energético do alimento. O SND precede a própria UFSC, pois já vinha praticando ações de sustentabilidade. Tem um papel importante na formação dos alunos, e é importante que isso seja bem construído (Q2dE1).

Para o entrevistado E2 essa prática do SND no processo de constituição de uma universidade sustentável, dependerá muito de um trabalho de conscientização junto aos funcionários, ou seja:

Considerando a diferença de escolaridade e a grande rotatividade dos funcionários, penso que para que haja um bom resultado nesse sentido, será necessário um trabalho de conscientização para que os mesmos tenham noção de desperdício etc..., e isso deverá acontecer diariamente, passando a ser uma mudança de cultura (Q2dE2).

Diante dos depoimentos dos entrevistados o Serviço de Nutrição e Dietética, a partir da sua prática pode promover e gradativamente já vem desenvolvendo pequenas ações de sustentabilidade. Todavia concebem que uma universidade sustentável é possível por meio primeiramente da socialização de informações, com vistas a potencializar processos de conhecimento desta concepção de universidade, propiciando quiçá ações de conscientização com o desenvolvimento social e o cuidado com a saúde.

A aquisição de produtos orgânicos, da agricultura familiar irá caminhar nesta concepção de sustentabilidade social. Contudo, a política pública institucional é um entrave a ser vencido, diante da burocratização que envolve este processo. Neste contexto, consideram que a ação da gestão é fundamental na constituição de uma universidade sustentável.

5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL NA CONCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Para análise da categoria – Políticas Públicas de Sustentabilidade Social, foi trabalhado os seguintes conteúdos básicos: a) Sustentabilidade Social e b) Universidade Sustentável. Nesta categoria busquei compreender como o entrevistado concebe a relação entre as políticas públicas de sustentabilidade social e a constituição de uma universidade sustentável.

Desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 1996 (MÜLLER, 2007) o Estado brasileiro tem instituído várias ações que, por meio de programas, projetos e intervenções pontuais, buscam enfrentar os problemas socioeconômicos deste amplo segmento da agricultura, aportando, a partir de determinada leitura da realidade, soluções para enfrentá-los.

O Estado tem um forte papel no delineamento das políticas públicas de sustentabilidade social, que reflete significativamente também no processo de desenvolvimento das políticas públicas institucionais, neste estudo, a universidade. E a Universidade como instituição social (CHAUÍ, 2003), é legitimadora e ao mesmo tempo opositora desta sociedade onde está inserida, principalmente pela sua essência, ou seja, a formação, pela possibilidade de pensar e refletir sobre esta mesma sociedade.

As políticas públicas, apesar do investimento feito nas últimas décadas em projetos de conservação de sustentabilidade, têm respondido de modo ainda pouco satisfatório as mudanças voltadas à sustentabilidade (SILVA; CARNEIRO.2010). Um exemplo prático citado pelos autores é que a incorporação da questão da sustentabilidade no cotidiano das pessoas pode propiciar uma nova percepção nas relações sociais entre o ser humano, a sociedade e a natureza, e sem dúvida reforçar a necessidade de ser e agir como cidadão na busca de soluções para os problemas sustentáveis. Neste contexto o processo de formação, do acesso ao conhecimento, é fundamental. Destaco a fala do entrevistado E2 quando afirma que:

O Estado tem um papel importante na questão das políticas públicas, porém ele precisa interceder fortemente de forma a estimular essa prática, quiçá pelo acesso ao conhecimento (Q3aE2).

Neste sentido, Grun (2005) adverte que a consciência de sustentabilidade é também um problema ético. Considera que a consciência de sustentabilidade deve ser tratada com ética uma vez que uma orientação para a mudança de atitude não é suficiente. É necessária uma responsabilidade na sua forma de agir.

Por outro lado, os entrevistados reconhecem que as universidades públicas possuem um papel importante nas políticas públicas de sustentabilidade social no que tange a formação, conforme relato que segue:

Cabe à universidade dar diretrizes, devendo ser um forte braço do Estado brasileiro na construção da cidadania em todos os níveis. Esta cidadania está na interdependência tecnológica da construção de uma sociedade mais justa, e por isso a universidade possui este papel social (Q3bE1).

Ainda nesta mesma perspectiva Chauí (2003) considera que, se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público, e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio. É preciso tomar a universidade do ponto de vista de sua autonomia e de sua expressão social e política.

No depoimento do Entrevistado E2, é possível perceber, a concepção de universidade sustentável, como uma prática educativa e social:

Acho importante a política pública para à concepção de universidade sustentável, porém, precisa deixar de ser um modismo, considerando o custo mais elevado dos alimentos orgânicos. É necessário incorporar essa conscientização de sustentabilidade no dia a dia das pessoas (Q3bE2).

Ao situar a sustentabilidade social, como uma prática consciente vivenciada no cotidiano, a universidade potencialmente na visão dos gestores é um caminho para fortalecer esta política educativa e social, pensando possíveis caminhos de ações concretas para uma universidade sustentável.

Com base na visão do entrevistado E3:

Eu na condição de professora de nutrição venho trabalhando essa questão de sustentabilidade com os alunos, para que os mesmos possam compreender melhor essa concepção e nos currículos atuais também trabalhar conjuntamente com as políticas públicas direcionadas a esse assunto (Q3bE3).

No depoimento dos entrevistados, foi percebido que as políticas públicas de sustentabilidade social são potencialmente capazes de promover mudanças para a construção de uma realidade mais sustentável, bem como, como foco neste estudo, por meio do Serviço de Nutrição e Dietética, voltado à uma alimentação mais saudável.

Para os entrevistados as políticas públicas de sustentabilidade social não podem restringir-se a um papel unicamente regulador, elas devem manter a possibilidade de ser um instrumento norteador importante para o processo de conscientização e de formação.

Neste contexto, ao mesmo tempo em que as políticas públicas de sustentabilidade social determinam as políticas públicas de sustentabilidade social institucional, a universidade como uma prática educativa e social pode legitimar esta política e/ou ser opositora a ela por meio do processo de formação.

Esta formação se contextualiza também no olhar dos entrevistados, como a sua formação como gestor. Da formação de pressupostos que poderá levar a concretização de ações para uma universidade sustentável.

A concepção de Universidade Sustentável, por meio da fala dos entrevistados, perpassa essencialmente pelas definições das políticas públicas que permeiam as delimitações das suas condições de trabalho, bem como, pelo seu processo de formação como gestor. É este processo de formação do gestor, que o potencializa como sujeito pensante de suas ações, que poderá dar elementos para refletir e intervir junto as condições de trabalho a ele propiciadas, quiçá na constituição de uma universidade sustentável.

5.4 A UNIVERSIDADE COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL NA CONCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Com vistas a analisar a categoria Universidade como Instituição Social, foram trabalhados os conteúdos: a) Concepção de Universidade Pública e b) Papel do Gestor-Universidade Sustentável.

A instituição universidade, como pontuada pelos entrevistados no processo de análise das categorias: Serviço de Nutrição e Dietética (Vide Seção 3.2 – O Serviço de Nutrição e Dietética do HU/UFSC na concepção dos entrevistados) e Políticas Públicas de Sustentabilidade Social (Vide Seção 3.3 – Políticas Públicas de Sustentabilidade Social na concepção dos entrevistados), está sustentada na sua essência, ou seja, na formação como uma prática educativa e social.

Para os entrevistados a universidade pública fortalece e engrandece seu papel como instituição social, quando abre caminhos para o processo da formação. Resgatando Búrigo (2012) negar a prática social da universidade é limitar a sua prática educativa, ou seja, o que se tem de mais prioritário, a formação do homem como opositor e sustentador da sociedade.

Neste Contexto, destaco a fala do Entrevistado (Q4aE2):

Entendo que a universidade é a oportunidade de acesso ao conhecimento, e vejo que a universidade pública possui um papel fundamental em auxiliar neste sentido para a formação dos indivíduos, para a sociedade (Q4aE2).

De acordo com Chauí (2003), a concepção de universidade pública alicerçada a formação e ao processo de produção e socialização do conhecimento a contextualiza, essencialmente, como instituição social. Para tanto, se faz pertinente que a universidade fortaleça sua função crítica na busca do saber, como fio condutor, fruto da sua tradição com variação de tempo e lugar.

De acordo com as falas dos entrevistados, na sua expressiva maioria, foi possível perceber a inerente ideia de que os valores da universidade devem ser voltados para a sociedade, mas especificamente para a melhoria desta sociedade e do nível de qualidade de vida da sua população.

No que tange ao processo da produção do conhecimento, os entrevistados destacam que esta concepção de desenvolvimento do

conhecimento está relacionada ao aspecto investigativo mais íntimo da relação da universidade com a produção e socialização deste conhecimento. Esta produção do conhecimento perpassa pela representatividade da universidade junto a sociedade. Por outro lado, a produção social de desenvolvimento do conhecimento, almejada por toda a sociedade, vai muito além da sobrevivência. O depoimento que segue dá esta dimensão:

Tenho pouca fundamentação para falar sobre esse assunto, porém, penso que a universidade pública tem um compromisso de produzir conhecimento, e dar viabilidade e o retorno para a população. Tem a obrigatoriedade de estar trabalhando, ensinando para as demandas sociais, uma vez que é a sociedade que banca as instituições públicas. (Q4aE3).

Na concepção dos entrevistados, foi destacado também a responsabilidade dos gestores com os recursos públicos. A universidade como uma instituição é mantida pelo Governo, com recursos públicos e tem que, necessariamente, retornar este investimento para a sociedade. Isto pode se dar por meio da disseminação do conhecimento ou por sua aplicabilidade direta e/ou indireta, com a perspectiva da melhoria do nível de qualidade de vida desta população.

Neste contexto destaco a seguinte fala:

O gestor tem que ter uma visão do cuidado com os recursos públicos, do cuidado com aquilo que a gente vai entregar para a população. Temos que ter um gerenciamento criterioso, um compromisso social com o recurso público (Q4bE3).

Finalizando, diante do depoimento dos entrevistados, a universidade pública como instituição social é produtora do conhecimento, tendo como essência a formação. Sendo que estas ações de produção do conhecimento e de formação, é um retorno como uma prática educativa e social que a universidade propicia à sociedade e vice-versa no processo de interação do sujeito com esta mesma sociedade.

Neste contexto, o papel do gestor foi situado na fala dos entrevistados, como de grande responsabilidade, no que tange ao seu papel como ente público e no gerenciamento dos recursos.

Falar do papel do gestor mediante a concepção de universidade sustentável, na visão dos gestores entrevistados, é falar de uma prática educativa e social, que requer uma política institucional que desenvolva ações, inclusive de formação dos gestores para uma universidade mais sustentável socialmente dando um efetivo retorno para a sociedade, como uma instituição social, sustentada e sustentável socialmente em seus princípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após ter percorrido todo o processo de construção da fundamentação e análise do fenômeno estudado, resgato o objetivo inicialmente proposto, ou seja, compreender como se constitui a concepção de universidade sustentável no Serviço de Nutrição e Dietética do HU/UFSC por meio da visão dos seus gestores, e tendo como base os resultados da pesquisa, posso pontuar que o Serviço de Nutrição e Dietética vem vivenciando na sua prática ações para a constituição da concepção de uma universidade sustentável. Sendo um desafio que perpassa essencialmente pelo processo de conscientização dos gestores e servidores da área da saúde do Hospital Universitário, bem como pela articulação entre as áreas visando o desenvolvimento institucional.

Neste sentido, a concepção de universidade sustentável exposta pelos gestores, tem sido objeto de discussões e de reflexões no processo de formação dos gestores perpassando pela concepção de saúde, do não desperdício, e do papel social da universidade agregando alguns pressupostos de consciência sustentável.

O desenvolvimento da concepção de universidade sustentável no Serviço de Nutrição e Dietética /HU, perpassa pelo processo do conhecer, da conscientização dos sujeitos, tendo como uma potencial ferramenta a socialização de informação.

Todavia, para que esta concepção se materialize, faz-se necessário a superação de uma contradição por eles vivenciada, ou seja, ao mesmo tempo que o Serviço de Nutrição e Dietética do HU, busca a constituição da concepção de universidade sustentável por meio da formação, esta constituição é negada na prática considerando a burocratização da política institucional. Neste contexto, a Universidade vivencia o dualismo do que considera necessário fazer, e o que verdadeiramente faz, no desenvolvimento de ações para uma universidade sustentável, diante do seu papel como instituição social.

Os resultados da pesquisa apontam que a Formação e a Gestão são os dois polos de sustentação para a constituição de uma universidade sustentável, que necessitam se integrar e interagir com vistas a buscar caminhos de ações de sustentabilidade social. Quiçá a compra de alimentos orgânicos dos agricultores familiares, seja apenas uma pequena ação, mas que acredito que possa gerar alguns elementos fundantes na prática vivencial de uma instituição social, por meio da gestão social que negue a instrumentabilidade da burocratização da política institucional.

Na visão dos gestores, a concepção de universidade sustentável poderia partir também de um planejamento com currículos integrados dos cursos de graduação de cunho sustentável, propiciando quiçá a conscientização de sustentabilidade para as novas gerações. Neste sentido, os trabalhos desenvolvidos pelos alunos teria um efeito multiplicador, pois cada estudante, convencido das boas ideias da sustentabilidade, influenciaria seus pares, a sociedade, nas mais variadas áreas de atuação.

A construção da concepção de universidade sustentável implica na mudança de visão para um mundo sustentável, isto é, as ações de produção do conhecimento e de formação é um retorno, como uma prática educativa e social, que a universidade propicia à sociedade e vice-versa no processo de interação do sujeito com esta mesma sociedade.

Um dos grandes desafios da gestão, neste contexto, é de buscar caminhos de superar os limites impostos pela política institucional ainda atrelada a lógica instrumental, onde a concepção de sustentabilidade ainda não se constitui como política pública.

Com vistas a propor ações ao Setor de Nutrição e Dietética do HU, para o fortalecimento da constituição da concepção de uma universidade tendo por base os resultados da pesquisa, destaco:

- ✓ Desenvolver um Plano de Ação para formação dos gestores e servidores, a partir da prática por eles vivenciada da constituição de uma universidade sustentável;
- ✓ Potencializar o processo da socialização das informações como um possível caminho de uma universidade mais sustentável na sua concepção e prática vivenciada;
- ✓ Estudar possíveis caminhos para a desburocratização (reflexão de procedimentos) das políticas institucionais com vistas à viabilização da compra de alimentos orgânicos (revisão de normas e fundamentos legais); e,
- ✓ Propiciar ações de conscientização de desenvolvimento social e do cuidado com a saúde dos servidores e demais trabalhadores do SND/HU.

No que tange ao âmbito institucional, proponho:

- ✓ Desenvolver pressupostos da concepção de sustentabilidade nos atuais espaços e cursos de formação de gestores na Instituição;
- ✓ Estudar mudanças nos currículos acadêmicos, buscando uma interdisciplinaridade com vistas ao fortalecimento de uma cultura sustentável para as novas gerações; e,

- ✓ Ampliar a discussão na comunidade universitária sobre a realização de fóruns, seminários sobre a constituição de uma universidade sustentável na sua prática vivencial.

Almejo que os resultados desta pesquisa, possa quiçá ser uma semente de reflexão para a constituição da concepção de universidade sustentável, partindo e voltando para a realidade do processo histórico vivenciado pela UFSC, como uma instituição social, como um marco formativo na sociedade catarinense. Desejo socializar esta Dissertação, com os gestores do HU, como servidora desta Unidade, com vistas a possibilitar indagações na busca de ações gerenciais para o fortalecimento da concepção de universidade sustentável no Serviço de Nutrição e Dietética do HU/UFSC.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura familiar na região centro-sul do estado do Paraná. **Revista Economia Social Rural**, Rio de Janeiro, v. 43, n 1, p. 155-177, jan/mar, 2005.
- AZEVEDO, E. **Alimentos Orgânicos**: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social. Florianópolis, SC: Insular, 2006.
- AZEVEDO, F. F.; PESSOA, V. L. S. O Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Sociologia natural**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 483-496, 2011.
- BEDOR, C. N. G. *et al.* Vulnerabilidades e situações de riscos relacionados ao uso de agrotóxicos na fruticultura irrigada. **Revista brasileira epidemiologia**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 39-49, 2009.
- BLAINEY, G. **Uma breve história do mundo**. São Paulo: Editora Fundamento, 2008.
- BOTREL, M. de O.; ARAÚJO, P. G. de; PEREIRA, J. R. **Entre a Gestão Pública e a Gestão Social de Bens Culturais no Brasil**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 4, 2010, Lavras. Anais..Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD ROM.
- BRASIL, **Decreto nº 64.824**, de 15 de julho de 1969. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Catarina. 1969. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto64824-15-julho-1969-406147.publicacaooriginal-pe.html>. Acesso em: 13 nov.2013.
- _____. **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: www.sg6.ufrj.br/licitacao_conceitos_principios. Acesso em: 18 dez, 2013.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a**

educação permanente na saúde: polos de educação em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, 2006. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06>. Acesso em: 18 de jul. 2013.

_____. **Decreto nº 6096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2007-2010/2007/decreto/d6096.html>. Acesso em: 13 nov. 2013.

_____. **Decreto nº 7.775**, de 04 de julho de 2012. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos, 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm. Acesso em: 18 de jul. 2013.

_____. **Resolução nº 50** de 13 de setembro de 2012. Dispõe sobre os procedimentos no âmbito da ANVISA para registro de produtos em processo de desenvolvimento ou de transferência de tecnologias objetos de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo público-público ou público-privado de interesse do Sistema Único de Saúde, 2012b. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0050>. Acesso em: 18 de jul. 2013.

_____. **PRONAF**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em: 22 de abr, 2014.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. **O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal**: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra et al. O Trabalho, a formação do professor de educação básica e a universidade como espaço de formação. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva et al.(Org.). **Trabalho**

e formação do professor de educação básica no Mercosul/Cone Sul. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2012.

CANEPA, Carla. **Cidades sustentáveis: o município como lócus as sustentabilidade.** São Paulo: Editora RCS, 2007.

CAMARGO, Aspácia. Governança para o século 21. IN: TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente noséculo21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

CAPRA, F. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável.** São Paulo: Cultrix; 2006.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./out., 2003.

COELHO, Cecília Stahelin. Et al. in natura **Análise de Aspectos que envolvem a aquisição de vegetais e minimamente processados no Serviço de Nutrição e Dietética do Hospital Universitário.** Relatório de Estágio Supervisionado em Administração de Serviços de Alimentação. SND/HU/UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, 2011.

CORREIA, H. **Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica.** São Paulo: Atlas, 2000.

CORREIA, MITD. **Repercussões da desnutrição sobre a morbimortalidade e custos em pacientes hospitalizados no Brasil.** [tese]. São Paulo (SP): Faculdade de Medicina/USP; 2000.

COUTINHO, Flávio. **Agricultura Patronal.** 2012. Disponível em:<http://meioambiente.culturamix.com/recursos-naturais/agricultura-patronal>. Acesso em: 20 de jul. de 2013.

DAROLT, M.R. **Agricultura orgânica: Inventando o futuro.** Londrina: IAPAR, 2002.

DA SILVA ROSA, T.; CARNEIRO, M. J. O acesso livre à produção acadêmica como subsídio para políticas públicas: um exercício sobre o Banco de Teses da Capes. **Historia Ciência da Saúde**, Manguinhos, v. 17, n. 4, p. 955-974, 2010.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **Revista Economia Social Rural**, Piracicaba, SP, v. 49, n. 1, p. 129-156, jan/mar, 2011.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, 1993.

ENGEL, J.F.; BLACK WELL, R.D.; MINIARD, P.W. **Consumir behavior**. 8ªEd. FORT WORTH: the Dryden Press, 1995.

FANTI, M. G. N. *et al.* Contribuição ao estudo das características físico-químicas e da fração lipídica do leite orgânico. **Ciência Tecnologia Alimentos**, Campinas, v. 28,p. 259-265, 2008.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n.2, p.199-217, Dez., 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.33ª Ed.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRUN, M. O conceito de holismo em ética ambiental e em educação ambiental. In: SATO, Michele; CARVALHO, Isabel. **Educação ambiental – pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.45-50.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. São Paulo: Projeto de Cooperação Técnica. INCRA/FAO, 2000.

JACOBI, P. Educação e meio ambiente – transformando as práticas. IN: **Revista Brasileira de Educação Ambiental** nº 0, nov. 2004. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004.p.28-39.

JOBIM, P. F. C.; et al. Existe uma associação entre mortalidade por câncer e uso de agrotóxicos? Uma contribuição ao debate. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 277-288, 2010.

JURETIC, D. **Direito ambiental e os agrotóxicos** – responsabilidade civil, penal e administrativa. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

KAGANSKY, N. **Maus hábitos alimentares são fatores preditores de má diagnóstico em pacientes idosos**. 2005. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed>. Acesso em: 30 de agosto de 2013.

KINLAW, Dennis C. **Empresa competitiva e ecológica**: desempenho sustentado na era ambiental. São Paulo: Makron Books, 1997.

KORNHAUSER, A. **Criar oportunidades. Educação um tesouro a descobrir**. 6. Ed. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

LÉLÉ, S. M. **Sustainable development**: a critical review. World Development, Montreal, v. 19, n. 6. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a04v12n3.pdf>. Acesso em: 16 ago 2013.

LOPEZ, S. **Potencialidades da educação permanente para a transformação das práticas de saúde**. Comunicação em Ciências da Saúde, São Paulo, 2005.

LOUETTE, A. (Org.). **Gestão do conhecimento** - compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental. São Paulo: Antakarana Cultura Arte Ciência: Willis Harman House, 2007.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Repensar a educação ambiental**: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009.
p. 607-621, June 1991.

MAYOR, F. **Preparar um futuro viável**: ensino superior e desenvolvimento sustentável, In: Conferência Mundial sobre o ensino superior. Tendências de educação superior para o Século XXI. Anais da Conferência Mundial de Ensino Superior. Paris, 1998.

MASSUQUETTI, A. **A Dinâmica da Agricultura Francesa**: inovação, transformação e identidade social. Piracicaba, SP, v. 48, n. 2, p. 331-356, abr/jun, 2010.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MOREIRA, Josino C. *et al.* Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 299-311, 2001.

MÜLLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: o caso do programa de aquisição de alimentos. 2007. 132f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NECKEL, Roselane. **UFSC 50 Anos: trajetórias e desafios**. UFSC: Florianópolis, 2010.

OLIVEIRA, M. A. S.; TEIXEIRA, E. C.. Política de estabilização de renda para a agricultura familiar: uma análise de risco. **Revista Economia Sociologia Rural**, v. 43, n. 1, p. 45-62, 2005.

O'RIORDAN, T. Democracy and the sustainability transition. In: LAFFERTY, W. M.; MEADOW. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a04v12n3.pdf>. Acesso em: 16 ago 2013.

PELICIONI, M.C.F. **Qualidade de vida das mulheres trabalhadoras das creches convencionais**. São Paulo, 1998.

PIASAROLO, L.; RIGITANO, R. L. O.; GUERREIRO, M. C. Influência da polaridade de pesticidas não-iônicos sobre sua sorção em um latossolo. **Ciência Agrotécnica**, Lavras, v. 32, n. 6, p. 1802-1809, 2008.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

REBELO, F. M.; et al Intoxicação por agrotóxicos no Distrito Federal, Brasil, de 2004 a 2007 análise da notificação ao Centro de Informação e Assistência Toxicológica. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 8, p. 3493-3502, 2011.

REBELLO, Tânia. **Alimentos orgânicos não são necessariamente mais caros do que os convencionais**. 2013. Disponível em: <http://organicosbrasil.wordpress.com>. Acesso em: 22 de jul.2013.

ROJO, Rodríguez Martín. **Cambio educativo y cultura de la sostenibilidad**. Valência: Agustín Escolano Benito, 2007.

ROSA, Altair. **Rede de governança ambiental na cidade de Curitiba e o papel das tecnologias de informação e comunicação**. Dissertação de mestrado. Gestão Urbana. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007.

SANTOS, Jair Lício Ferreira; WESTPHAL, Marcia Faria. **Práticas emergentes de um novo paradigma de saúde: o papel da universidade**. Estudo. av. [online]. 1999, vol.13, n.35, pp. 71-88,2011.

SCHRAIBER, LB. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. **Revista Saúde Pública**. São Paulo, 1995; 29(1):63-74.

SILVA, D. da, C. C., Sc: **Sustentabilidade Corporativa**. In: Anais VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT. Resende: Rio de jan, 2009.

SILVA ROSA, T.; CARNEIRO, M. J. O acesso livre à produção acadêmica como subsídio para políticas públicas: um exercício sobre o Banco de Teses da Capes. **História, Ciências, Saúde**, Mangueiras, v.17, n.4, p. 955-974, out./dez., 2010.

SILVA, J. M. *et al.* Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Ciências Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 891-903, 2010.

SILVA, V. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como fomentador da diversificação e a agregação de valor na agricultura familiar. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 117, p. 99-104, 2011.

STOPPELLI, I. M. B. S.; MAGALHAES, C. P. Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 91-100, 2005.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão Social: uma réplica. In: RIGO, Ariádne Scalfoni; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; SCHOMMER, Paula Chies; CANÇADO, Airton Cardoso. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.

UFSC. **Resolução nº 065/78** de 03 de novembro de 1978. Portaria nº 56 de 1º de fevereiro de 1982. Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: http://legislacao.paginas.ufsc.br/files/2011/08/estatuto_ufsc_agosto2008.pdf. Acesso em: 13 de nov. 2013.

_____. **Regimento Geral**. Florianópolis: Hospital Universitário, 1992.

_____. **Portaria de designação nº 1279/GR/2008**, de 13 de outubro de 2008. Designar a partir de 13/10/2008, Deise de Oliveira Rita, para exercer as funções de Diretora do Restaurante Universitário da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, código CD-4, integrante do Quadro Distributivo de Cargos de Direção e Funções Gratificadas de que trata a Portaria nº 0321/GR/97, de 16/01/97. Florianópolis: Gabinete do Reitor, 2008.

_____. **em números** 2011. Disponível em: <http://www.pip.ufsc/arquivos>. Acesso em: 11 jun 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VANDRESN, C. **Sabor e saber**. São Paulo: Editora Modelo, 2011.

VIANA, Nildo. Estado, democracia e cidadania. **A dinâmica da política institucional no capitalismo**. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.

WAITZBERG, L. **Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica**. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2001.

APÊNDICE A – Instrumentos de Coleta de Informações

- a. Unidade de Lotação
- b. Ano de Ingresso na UFSC
- c. Função que ocupa

2. Quanto ao Serviço de Nutrição e Dietética do HU/UFSC

- a. Qual a sua concepção de Universidade Sustentável?
- b. Comente como é vista a expectativa dos servidores do HU para a constituição de Universidade Sustentável?
- c. Qual sua concepção de saúde, diante da alimentação de produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar?
- d. Como o(a) Sr(a) considera a prática do SND/HU, no processo de constituição de uma Universidade Sustentável ? Justifique.

3. Quanto as Políticas Públicas de Sustentabilidade Social

- a. O(a) senhor(a) considera que as políticas públicas interferem no fortalecimento da sustentabilidade social? De que maneira?
- b. Na sua opinião qual a importância das políticas públicas para a concepção de uma universidade sustentável?
- c. O(a) senhor(a) considera que as políticas públicas interferem no processo de constituição da universidade sustentável? Como? Contextualize

4. Quanto a Universidade como Instituição Social

- a. O que o(a) senhor(a) entende por universidade pública? Justifique
- b. Na sua opinião qual o papel do gestor público no desenvolvimento de uma universidade sustentável? Justifique

5. Finalização

- a. Para encerrar a entrevista, o(a) senhor(a) gostaria de acrescentar alguma coisa?

Muito Obrigada!